



ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

Q XIII — N.º 97

DISTRITO FEDERAL

SABADO, 9 DE AGOSTO DE 1958

CONGRESSO NACIONAL

Presidência

Revocação de sessões conjuntas para apreciação de vetos presidenciais

O Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 70, § 3.º, da Constituição Federal e do art. 45 do Regimento Comum, convoca as duas Casas do Congresso Nacional para, em sessões conjuntas a realizarem-se nos dias 28 do mês em curso e 2 e 4 de setembro próximo às 14 horas, no Palácio da Câmara dos Deputados, conhecerem dos vetos presidenciais e projetos abaixo relacionados:

Dia 28 de agosto:

Projeto de Lei (n.º 2.234, de 1957, na Câmara dos Deputados e n.º 84, de 1958, no Senado Federal) que cria o Fundo Portuário Nacional, a Taxa Melhoramentos dos Portos, e dá outras providências.

Dia 2 de setembro:

Projeto de Lei (n.º 916, de 1956, na Câmara dos Deputados, e n.º 102, de 1958, no Senado Federal) que estende aos contínuos e serventes dos órgãos autárquicos e paraestatais da União, assim também compreendidas as Estradas de Ferro e Empresas de Navegação incorporadas ao Patrimônio da União e do Serviço Público Federal, as disposições dos arts. 1.º e 3.º da Lei n.º 1.721, de 4 de novembro de 1952.

Dia 4 de setembro:

Projeto de Lei (n.º 476, de 1955, na Câmara dos Deputados e n.º 191, de 1956, no Senado Federal) que dispõe sobre o Código do Ministério Público do Distrito Federal e dá outras providências.

Senado Federal, em 7 de agosto de 1958.

Senador FREITAS CAVALCANTI

2.º Secretário, no exercício da Presidência

SENADO FEDERAL

Mesa

Presidente — João Goulart (Vice-Presidente da República).

Vice-Presidente — Senador Apolônio Salles.

1.º Secretário — Senador Cunha Illo.

2.º Secretário — Senador Freitas Cavalcanti.

3.º Secretário — Senador Victorino Freire.

4.º Secretário — Senador Domingos Vellasco.

5.º Suplente — Senador Mathias Olympio.

6.º Suplente — Senador Prisco dos Santos.

Líderes e Vice-Líderes Da Maioria

Líder: Filinto Müller.

Vice-Líderes:

Gaspar Veloso.

Lima Guimarães.

Gilberto Marinho.

Lameira Bittencourt.

Da Minoria

Líder: João Villasboas.

Vice-Líder: Rui Palmeira.

Faço saber que o Senado Federal aprovou e eu, nos termos do art. 21, letra n, do Regimento Interno, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO

N.º 15, de 1958

Artigo único. É autorizado o Senador Apolônio Salles a chefiar a Delegação do Brasil às solenidades da posse do Presidente da República da Colômbia.

Senado Federal, em 7 de agosto de 1958.

Senador FREITAS CAVALCANTI

2.º Secretário, no exercício da Presidência

Dos Partidos

DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO

Líder: Filinto Müller.

Vice-Líder: Lameira Bittencourt.

DO PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO

Líder: Lima Guimarães.

Vice-Líderes:

Mourão Vieira.

Saldo Ramos.

DA UNIÃO DEMOCRÁTICA NACIONAL

Líder: João Villasboas.

Vice-Líder: Rui Palmeiras.

DO PARTIDO REPUBLICANO

Líder: Atílio Vivacqua.

DO PARTIDO SOCIAL PROGRESSISTA

Líder: Kerginaldo Cavalcanti.

Vice-Líder: Lino de Mattos.

DO PARTIDO LIBERTADOR

Líder: Novais Filho.

Comissão Diretora

Apolônio Salles — Presidente.

Cunha Mello.

Freitas Cavalcanti.

Victorino Freire.

Domingos Vellasco.

Mathias Olympio.

Prisco dos Santos.

Secretário: Luiz Nabuco (Diretor Geral da Secretaria).

Comissão de Constituição e Justiça

Lourival Fontes — Presidente.

Daniel Krieger — Vice-Presidente.

te (1).

Gilberto Marinho.

Benedito Valadares.

Gaspar Veloso.

Ruy Carneiro (2).

Argemiro de Figueiredo.

Lima Guimarães.

Rui Palmeira.

Atílio Vivacqua.

Lino Prestes.

(1) Substituído temporariamente pelo Senador João Villasboas.

(2) Substituído temporariamente pelo Senador Lameira Bittencourt.

Secretário — Odenegus Gonçalves Leite.

Reuniões — Quartas-feiras, às 10,30 horas.

Comissão de Economia

Carlos Lindenberg — Presidente (1).

Fernandes Távora — Vice-Presidente.

Alô Guimarães (2).

Mendonça Clarkk.

Lima Teixeira (3).

Alencastro Guimarães.

Argemiro de Figueiredo.

Juracy Magalhães.

Líneu Prestes.

(1) Lameira Bittencourt.

(2) Gilberto Marinho.

(3) Lima Guimarães.

Secretária: Ily Rodrigues Alves.

Reuniões — Terças-feiras, às 15 horas.

Comissão de Educação e Cultura

Mourão Vieira — Presidente.

Públio de Mello — Vice-Presidente.

Nelson Firmo.

Mem de Sá.

Saulo Ramos.

Ezequias da Rocha.

Reginaldo Fernandes.

Secretário: Diva Gallotti.

Reuniões — Sextas-feiras, às 15,30 horas.

Comissão de Finanças

Alvaro Adolpho — Presidente.

Vivaldo Lima — Vice-Presidente.

Lameira Bittencourt.

Ary Vianna.

Lima Guimarães.

Onofre Gomes (1).

Paulo Fernandes.

Carlos Lindenberg.

Mathias Olympio.

Fausto Cabral.

Daniel Krueger (2).

Juracy Magalhães.

Júlio Leite.

Orthon Mäder.

Lino de Mattos.

Novaes Filho.

Aura Moura Andrade.

Suplentes

Gaspar Velloso.

Otacilio Jurema.

Mourão Vieira.

Attilio Vivacqua.

Líneu Prester.

Mem de Sá.

(1) Substituído temporariamente pelo Sr. Francisco Gallotti.

(2) Substituído temporariamente pelo Sr. Rui Palmeira.

Secretário: Renato de Almeida Chermont.

Reuniões — Sexta-feiras, às 10,30 horas.

Comissão de Redação

1 — Ezequias da Rocha — Presidente (1).

2 — Sebastião Archer — Vice-Presidente.

EXPEDIENTE

DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL

DIRETOR GERAL

ALBERTO DE ERITO PEREIRA

CHEFE DO SERVIÇO DE PUBLICAÇÕES

MURILO FERREIRA ALVES

CHEFE DA SEÇÃO DE REDAÇÃO

MAURO MONTEIRO

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

Impresso nas Oficinas do Departamento de Imprensa Nacional
AVENIDA RODRIGUES ALVES, 1

ASSINATURAS

REPARTIÇÕES E PARTICULARES

Capital e Interior

Semestre Cr\$ 50,00
Ano Cr\$ 96,00

Exterior

Ano Cr\$ 136,00

FUNCIONARIOS

Capital e Interior

Semestre Cr\$ 73,00
Ano Cr\$ 76,00

Exterior

Ano Cr\$ 106,00

— As assinaturas, feitas em qualquer época, poderão ser semestrais, com exceção das do exterior, que serão sempre anuais.

— A fim de possibilitar a remessa de valores acompanhados de esclarecimentos quanto à sua aplicação, solicitamos dêem preferência à remessa por meio de cheque ou vale postal, emitidos a favor do Tesoureiro do Departamento de Imprensa Nacional.

— Os suplementos às edições dos órgãos oficiais serão fornecidos aos assinantes somente mediante solicitação.

— O custo do número atrasado será acrescido de Cr\$ 0,10 e, por exercício decorrido, cobrar-se-ão mais Cr\$ 0,50.

2 — Públio de Mello.

4 — Rui Palmeira.

5 — Saulo Ramos (***).

(*) Substituído, interinamente, pelo Senador Ribeiro Casado

(**) Substituído, interinamente, pelo Senador Francisco Gallotti.

(***) Substituído, interinamente, pelo Senador Mourão Vieira.

Secretária — Cecília de Rezende Martins.

Reuniões — Terças-feiras às 15 horas.

Comissão de Relações Exteriores

João Villasboas — Presidente.

Bernardes Filho — Vice-Presidente.

Georgino Avelino.

Gilberto Marinho.

Benedito Valadares.

Lourival Fontes.

Gomes de Oliveira.

Rui Palmeira.

Moura Andrade.

Secretário: J. B. Castelo Branco.

Reuniões — Quartas-feiras, às 16 horas.

Comissão de Saúde Pública

Reginaldo Fernandes — Presidente

Alô Guimarães — Vice-Presidente.

Pedro Ludovico.

Ezequias da Rocha.

Vivaldo Lima.

Secretária: Diva Gallotti.

Reuniões — Quartas-feiras, às 15 horas.

Comissão de Legislação Social

Lima Teixeira — Presidente (1).

Ruy Carneiro — Vice-Presidente.

Lameira Bittencourt.

Prímio Beck.

Lino de Mattos.

Waldemar Santos.

Sylvio Curvo.

João Arruda.

Arlindo Rodrigues.

(1) Substituído temporariamente pelo Sr. Gomes de Oliveira.

Secretário — Pedro de Carvalho Müller.

Reuniões — Quartas-feiras, às 16 horas.

Comissão de Segurança Nacional

Onofre Gomes — Presidente.

Caetano de Castro — Vice-Presidente.

Pedro Ludovico.

Moreira Filho.

Sá Tinoco.

Alencastro Guimarães.

Sylvio Curvo (1)

Jorge Maynard.

(1) Substituído temporariamente pelo Sr. Mario Motta.

Secretária: Romilda Duarte.

Reuniões — Quartas-feiras, às 16 horas.

Comissão de Serviço Público Civil

Prisco dos Santos — Presidente
Gilberto Marinho — Vice-Presidente.

Arl Vianna.

Nelson Firmo.

Caetano de Castro.

Neves da Rocha.

Mem de Sá.

Secretária: Ily Rodrigues Alves

Reuniões — Quintas-feiras, às 16 horas.

Comissão de Transportes Comunicações e Obras Públicas

Jorge Maynard — Presidente.

Neves da Rocha — Vice-Presidente.

Waldemar Santos.

Coimbra Bueno.

Secretária: Maria Cherubina C. Novaes Filho (1).

(1) Substituído temporariamente pelo Sr. Francisco Gallotti.

Reuniões — Quartas-feiras, às 16 horas.

Comissões Especiais

Comissão de Revisão do Código de Processo Civil

João Villasboas — Presidente.

Georgino Avelino — Vice-Presidente.

Attilio Vivacqua — Relator.

Filinto Müller.

Secretário: José da Silva Lisboa.

Reuniões — Quartas-feiras.

Comissão Especial incumbida de elaborar os Projetos de Código Eleitoral e do Código Partidário.

João Villasboas — Presidente.

Mem de Sá — Vice-Presidente.

Gaspar Velloso — Relator do

Projeto do Código Eleitoral.

Gomes de Oliveira — Relator

Projeto do Código Partidário.

Lameira Bittencourt.

Francisco Arruda — Secretário

Comissão de Mudança da Capital

Coimbra Bueno — Presidente.

Paulo Fernandes — Vice-Presidente.

Attilio Vivacqua — Relator.

Alberto Pasqualini (1).

Lino de Mattos.

(1) Substituição temporariamente do Sr. Prímio Beck.
Reuniões — Quintas-feiras.
Secretário: Sebastião Veiga.

Comissão de Consolidação das Leis do Trabalho

Senadores
Lima Teixeira — Presidente.
Ruy Carneiro.
Argemiro de Figueiredo.
Kerginaldo Cavalcanti.
Othon Mäder.
Ernani Sátiro — Vice-Presidente.
Aarão Steinbruch — Relator Geral.
Tarso Dutra.
Jefferson Aguiar.
Cunha Mello — Presidente.
Moura Fernandes.
Laurgo Leite.
Silvio Sanson.
Lourival de Almeida.
Raimundo Brito.

Comissão Especial do Vale do Rio Doce

1 — Benedito Valadares — Presidente.
2 — Othon Mäder — Vice-Presidente.
3 — Atílio Vivacqua.
4 — Jorge Maynard.
5 — Lima Teixeira.
Secretária: Cecília de Rezende Martins.

Comissão de Reforma Constitucional para emitir parecer sobre Projeto de Reforma Constitucional n. 1, de 1956, que altera a Emenda Constitucional n. 2.

Atílio Vivacqua — Presidente.
Lima Guimarães — Vice-Presidente

Gilberto Marinho.

Ruy Carneiro.
Saulo Ramos.
Gaspar Velloso.
Lourival Fontes.
Calado de Castro.
Argemiro de Figueiredo.
Alvaro Adolpho.
Alô Guimarães.
Mem de Sá.
João Villasboas.
Daniel Krieger.
Sá Tinoco.
Lino de Matos.

Comissão Mista de Reforma Administrativa

Harácio Lacer — Presidente.
Gomes de Oliveira — Vice-Presidente.
Gustavo Capanema — Relator.
Alonso Arinos — Relator.
Bilac Pinto.
Batista Ramos.
Arnaldo Cerdeira.
Filinto Müller.
Ary Vianna.
Cunha Mello.
Coimbra Neto.
Juracy Magalhães.
Bernardes Filho.
Secretários: Lazary Guedes e José da Silva Lisboa.

ATA DA 87.ª SESSÃO DA 4.ª SESSÃO LEGISLATIVA, DA 3.ª LEGISLATURA, EM 8 DE AGOSTO DE 1958

PRESIDÊNCIA DO SR. CUNHA MELLO

Sumário

DISCURSOS PROFERIDOS:

Senador Bernardes Filho: A indicação do Diplomata Balthazar Fragozo para o cargo de embaixador do Brasil na República Argentina.
Senador Abelardo Jurema: Réplica a declarações do Sr. José Américo de Almeida sobre trabalhos do DNER na Paraíba.
Senador Gilberto Marinho: A reestruturação dos escritórios comerciais no exterior. — 2) Lição de verba orçamentária consignada à Casa da Senadatura.
Senador Filinto Müller: Considerações sobre acusações formuladas pelo Sr. Vieira de Lencastre ao Governador Antonio Balbino e ao Sr. Sebastião Pais de Almeida.

MATERIAS VOTADAS:

Requerimentos:

— n.º 321, do Sr. Alencastro Guimarães e outros Srs. Senadores, solicitando homenagem a memória do Sr. Camilo Mérico. (Aprovado).
— n.º 322, do Sr. Lima Teixeira, de inserção nos Anais do Senado dos discursos proferidos em Brasília pelos Srs. Presidente da República e Foster Dulles, Secretário de Estado dos Estados Unidos. (Aprovado).

As 14 horas e 30 minutos acham-se presentes os Srs. Senadores:

Mourão Vieira — Cunha Mello — risco dos Santos — Lameira Bittencourt — Victorino Freire — Públio de Mello — Waldemar Santos — Athias Olympio — Mendona Clark — Onofre Gomes — Fernandes Távora — Georgino Avelino — Reginaldo Fernandes — Abelardo Jurema — Ribeiro Casado — Freitas Cavalcanti — Rui Palmeira — Lourival Fontes — Neves da Rocha — Juracy Magalhães — Lima Teixeira — Moura Filho — Arlindo Rodrigues — Lacerastro Guimarães — Calado de Castro — Gilberto Marinho — Bernardes Filho — Benedito Valadares — Lima Guimarães — Lino de Mattos — Pedro Ludovico — Mario Klotz — João Villasboas — Filinto Müller — Gaspar Velloso — Alô Guimarães — Francisco Gallotti — Prímio Beck — (37).

O SR. PRESIDENTE:

A lista de presença acusa o comparecimento de 37 Srs. Senadores, havendo número legal, está aberta a sessão.

Vai ser lida a ata.

O Sr. Arlindo Rodrigues, servindo de 2.º Secretário, procede à leitura da ata da sessão anterior, que, posta em discussão, é sem debate aprovada.

O Sr. 1.º Suplente, servindo de 1.º Secretário dá conta do seguinte expediente.

Expediente

Representações recebidas sobre o Projeto de Lei da Câmara n.º 10, de 1958, que dispõe sobre a estrutura administrativa da Previdência Social e outras providências:

I — Pedidos de imediata aprovação do projeto tal como veio da Câmara:

— do Sr. Carlos Portugal e outros trabalhadores de Petrópolis;

II — Sugestões:

— do Sr. Paulo Silva, do Distrito Federal;

— da Associação Comercial de Barretos, SP;

— da Câmara Municipal de Sorocaba, SP;

— do Sr. Brauzulino Batista da Silva, de Porto Alegre, RS;

III — Manifestações contrárias ao monopólio das seguras de acidentes do trabalho pelas instituições de previdência social:

— da Associação Comercial de São Paulo.

Representações recebidas sobre o Projeto de Lei da Câmara n.º 24, de 1958, que regula o direito de greve, na forma do art. 158 da Constituição Federal.

I — Pedidos de rápida aprovação do projeto:

— Do Sindicato dos Oficiais Nauticos, de Belém, PA;

— Da Assembléia dos Gráficos de Recife, PE;

— Do Sindicato dos Jornalistas Profissionais de Recife, PE;

— Da Câmara Municipal de Goiânia, GO;

— Da Câmara Municipal de Cataguzes, MG;

— Do Sindicato dos Aeronautas do Distrito Federal;

— Da Câmara Municipal de Barretos, SP;

— Da Câmara Municipal de Campinas, SP;

— Da Câmara Municipal de Jati, SP;

— Da Câmara Municipal de Sorocaba, SP;

— Da Câmara Municipal de São Paulo, SP;

— Do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção Civil, da Olaria, da Cerâmica para Construção de Ladrilhos Hidráulicos e Produtos de Cimento de São Paulo, SP;

— Do Sindicato de Construção Civil, do Sindicato de Indústria do Vestuário, Sindicato de Indústria de Alimentação, Sindicato de Indústria de Madeira, Sindicato dos Bancários, Sindicato dos Empregados no Comércio de Santa Maria, RS;

— Do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção e Mobiliário de Caxias do Sul, RS;

— Da Câmara Municipal de Rio Grande, RS.

II — Pedidos de rejeição do projeto:

— Da Associação Comercial de Teresina, PI;

— Do Sindicato dos Bancos de Belo Horizonte, MG;

— Da União Comercial dos Varejistas de Juiz de Fora, MG;

— Do Sindicato do Comércio Varejista de Baurú, SP;

— Do Sindicato dos Lojistas de Comércio de São Paulo, SP;

— Do Sindicato da Indústria de Tintas e Vernizes, Preparação de Oleos Vegetais e Animais do Rio de Janeiro, Distrito Federal.

III — Sugestões:

— Da Federação do Comércio Varejista do Rio de Janeiro;

— Da União Operária e Camponesa do Brasil, no Rio de Janeiro;

— Da Associação Comercial de São Paulo, SP;

— Do Sindicato dos Bancos no Estado de São Paulo, SP.

— Das Associações Comerciais e Industriais de Aracatuba, Assis, Avaré, Barretos, Botucatu, Bragança, Campinas, Garça, Itapetininga, Mauá, Mogi das Cruzes, Ourinhos, Pirassununga, Rio Claro, Rito Preto, São Carlos, Tatui, no Estado de São Paulo;

— Da Associação Comercial e Industrial de Jacarézingo, PR.

Parecer n. 312, de 1958

Redação final das emendas do Senado ao Projeto de Lei da Câmara n.º 33, de 1957.

Relator: Sr. Ribeiro Casado.

A Comissão apresenta a redação final (lis. anexas) das emendas do Senado ao Projeto de Lei n.º 33, de 1957, de iniciativa da Câmara dos Deputados.

Sala das Comissões, em 7 de agosto de 1958. — Públio de Mello, Presidente eventual. — Ribeiro Casado, Relator. — Mourão Vieira.

ANEXO AO PARECER N.º 312, DE 1958

Redação Final das Emendas do Senado ao Projeto de Lei da Câmara n.º 33, de 1957, que altera os Quadros da Secretaria e dos Serviços Auxiliares do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e de outras providências.

EMENDA N.º 1

Do projeto. (Emenda n.º 1-C).
Suprimam-se:
O § 2.º, do art. 3.º, o art. 5.º e o art. 8.º.

EMENDA N.º 2

Ao projeto. (Emenda n.º 2.C).
Na Tabela C, anexa ao projeto.
Onde se diz: "Um Oficial de Justiça padrão 'I' — Digam-se: "Um Oficial de Justiça, padrão 'I'".

O SR. PRESIDENTE:

Está finda a leitura do expediente.
Tem a palavra o nobre Senador Bernardes Filho, por cessão do nobre Senador Abelardo Jurema, primeiro orador inscrito.

O SR. BERNARDES FILHO:

(Não foi revisto pelo orador). Senhor Presidente, a imprensa matutina deu curso hoje ao ocorrido na reunião da Comissão de Relações Exteriores, ontem realizada, para apreciar a Mensagem do Sr. Presidente da República, propondo o nome do novo Embaixador para Buenos Aires.

A divulgação do meu voto compete-me a tratar do assunto de público, mesmo antes da reunião secreta do Plenário, na qual será apreciado o parecer daquela Comissão, bem como a declaração de voto por mim feita.

A ética impede-me, Sr. Presidente, de revelar o voto e as declarações ali aduzidas por colegas da Comissão; mas é imprescindível que eu afirme ser absolutamente inexistente que o nobre Líder da Maioria, Senador Filinto Müller, tenha ali comparecido com o propósito de combater os fundamentos do meu voto.

O Sr. Filinto Müller — Permite V. Ex.ª um aparte?

O SR. BERNARDES FILHO — Com muito prazer.

O Sr. Filinto Müller — Declaro em abono da afirmativa de V. Ex.ª que compareci à reunião da Comissão de Relações Exteriores como costume fazer, sempre que qualquer delas trata de assunto de relevância. No caso, sinto-me, como o nobre colega inibido, por dever de ética, de revelar o conteúdo do voto de V. Ex.ª, declaro, que, porém em tese, manifestei inteiramente de acordo com o ponto de vista sustentado por V. Ex.ª.

O SR. BERNARDES FILHO — Sou muito grato ao nobre colega pelo apoio que dá a afirmativa que acabo de fazer e que, nessa parte, confirma inteiramente o ocorrido.

Sr. Presidente, tomo essa atitude de público para que o meu procedimento não sofra interpretação diferente da que tive; e o melhor modo de esclarecer a esse respeito, é ler desta tribuna a declaração de voto que entreguei ao Ilustre Senador João Villasboas, Presidente da Comissão.
E' o seguinte:

Declaração de voto

Devendo ausentar-me desta Capital, fico impossibilitado de justificar verbalmente meu voto, contrário à indicação do Diplomata Bollitreau Frago, para Embaixador do Brasil na República Argentina.

Não faço restrição ao nome desse Ilustre diplomata, que considero digno servidor do Itamarati, com boa fé na de serviços no exterior e na Secretaria de Estado. Esta ressalva se impõe para que do meu voto não se infira qualquer reserva a seu caráter e as suas qualidades pessoais.

Defensor aqui do princípio de que só excepcionalmente deve o governo recrutar fora da carreira homens para a chefia de missões com caráter permanente no exterior sustento, entretanto, que as nossas representações

em alguns países, dentre os quais situo, por exemplo, os Estados Unidos da América do Norte e a República Argentina, devem recair em homens fora da carreira, conhecidos da opinião pública de indiscutível competência e notória autoridade no país.

Não desconheço a existência de diplomatas de carreira com qualidades para o desempenho da chefia, de missões nesses países.

Ao contrário, o Itamarati, nós o sabemos, os possui e em bom número. Diante porém, do agravamento da situação internacional, do revigoramento que o governo se propõe dar, à unidade panamericana, o que exigirá acurada atenção a problemas possivelmente delicados e complexos, parece-me aconselhável, hoje, mais do que até agora, que a chefia da nossa delegação em Buenos Aires deva ser confiada a brasileiro Ilustre, que não pertencendo ao Itamarati, tenha, por si mesmo, autoridade para transmitir sem receio de ferir susceptibilidades, com a firmeza necessária, o seu ponto de vista sobre como devemos proceder em determinados momentos, muitos deles nascidos de surpresa e sem tempo para maiores consultas. Não se pode negar a importância política da nossa representação naquele país.

E' óbvio que o escolhido deve despertar, preliminarmente, da confiança do Senhor Presidente da República.

Este o motivo pelo qual nego o meu voto à aprovação do nome do Sr. Bollitreau Frago para Embaixador em Buenos Aires, como já havia anunciado na última reunião desta Comissão.

Era o que tinha a informar, Senhor Presidente. (Muito bem; muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE:

Continua a hora do Expediente.
Tem a palavra o nobre Senador Abelardo Jurema, orador inscrito.

O SR. ABELARDO JUREMA:

(Não foi revisto pelo orador) — Senhor Presidente, Senhores Senadores, inspiro-me, neste instante, na tribuna, o sentimento de gratidão das populações sofredoras do meu Estado, castigadas pela calamidade climática e que tiveram assistência pronta, eficaz, imediata do Governo Federal.

Não fora a repercussão que os grandes órgãos da imprensa brasileira alcançam na divulgação de fatos, opiniões ou esclarecimentos, não estaria eu, no momento, a tomar o tempo dos nobres colegas com explicações que dizem respeito à Paraíba. O assunto, no entanto, é de ordem pública.

O Sr. José Américo de Almeida, em entrevista ao "O Globo", de 5 do corrente, denuncia o Presidente da República o que classifica de "gravíssimas irregularidades nos serviços de amparo aos flagelados". A entrevista foi divulgada em vários outros jornais inclusive no "O Estado de São Paulo" e em órgãos da imprensa de Pernambuco.

Achel-me no dever, como representante da Paraíba, de trazer dados e fatos, a fim de que a opinião pública não seja orientada no sentido faccioso que inspira o ex-Ministro da Viação e ex-Governador do meu Estado, S. Ex.ª, segundo a expressão popular, ainda não desencarnou dessas posições e fala como um candidato, sem isenção para o exame de determinada situação na Paraíba. Não fosse ele candidato ao Senado da República em oposição ao nobre Senador Ruy Carneiro, suas palavras teriam outras credenciais.

Em entrevista rápida que dei na Câmara dos Deputados, ao "Diário Carioca", esclareci que as declarações daquele ex-Governador tinham sentido eminentemente político, de repercussão da sua possível derrota, a fim de posteriormente justificar as preferências do povo paraibano pelo seu opositor, o nobre Senador Ruy Carneiro.

As denúncias, Sr. Presidente, formuladas em tom de ineditismo, já foram oferecidas pelo Deputado Ernani Sátiro, e os órgãos competentes já se pronunciaram, fazendo chegar às mãos daquele parlamentar paraibano os esclarecimentos necessários.

Antes de iniciar propriamente a resposta a essa entrevista, lerei outra, de um companheiro daquele ex-Governador, na sua campanha política no Estado, publicada pelo "Diário Carioca" de anteontem. São palavras do Sr. Severino Cordeiro, líder udenista no município de Cajazeiras, Presidente da Câmara Municipal e homem ligado à União Democrática Nacional, seção paraibana, desde sua fundação.

Diz o Sr. Severino Cordeiro:

"Não são verdadeiras as declarações feitas pelo Sr. José Américo a um jornal desta capital, de que a DNER não estaria, no Estado da Paraíba, cumprindo determinações do Presidente da República no socorro e amparo aos flagelados — declarou à reportagem do "Diário Carioca" o Sr. Severino Cordeiro, membro da Comissão Executiva do Diretório Central da UDN daquele Estado, Presidente da Câmara Municipal da cidade de Cajazeiras e correligionário do ex-Governador paraibano.

Na entrevista que concedeu a um vespertino, o Sr. José Américo afirmou que o Departamento Nacional de Estradas de Rodagem estava escravizado ao partidário mais exigente que explorava sua ação, mantendo um operariado fantasma e beneficiando fornecedores de mantimentos que estariam cobrando preços fora do tabelamento da COAP, afirmações estas desmentidas pelo Senhor Severino Cordeiro, que acredita ter havido má-fé nas informações que foram prestadas ao seu correligionário por políticos desejosos de prejudicar a obra realizada pelo Presidente Kubitschek.

Afirmou o Sr. Severino Cordeiro — que é ainda advogado e industrial, na cidade de Cajazeiras e foi um dos fundadores da U. D. N. no Estado da Paraíba — que a obra realizada pelo D. N. E. R. naquele Estado, isenta de qualquer partidário, evitou uma verdadeira hecatombe, providenciando imediatamente trabalho para os flagelados.

Disse mais — que os preços dos gêneros alimentícios nos armazéns locais eram os tabelados pela COAP e que os barracões providenciados também mantinham preços oficiais.

Logo que chegaram a Cajazeiras funcionários do DNER para dar cumprimento às determinações do Presidente da República no sentido de que fossem socorridos os flagelados, foram o Senhor Severino Cordeiro e o Prefeito Municipal, também membro da UDN, procurados por um funcionário daquele Departamento, a fim de que seleccionassem os armazéns idôneos que pudessem for-

necer gêneros tabelados aos operários que estavam sendo contratados.

Logo verificamos — declarou — que eram humanas, corretas e objetivas as intenções do Governo. Posso afirmar com inteira convicção de que em minha cidade não houve até agora nenhum favoritismo na admissão de operários nas obras do D.N.E.R. No resto do Estado também nenhuma denúncia nesse sentido chegou a meu conhecimento — acrescentou o Sr. Severino Cordeiro, ex-Chefe de Polícia e ex-Secretário de Agricultura do Estado da Paraíba.

Todos os flagelados que tenham encaminhado aquele serviço, têm sido imediatamente admitidos. Considero o Senhor José Américo de Almeida a mais Ilustre figura de meu Estado. Não posso, entretanto, calar diante de afirmações que não são verdadeiras.

Estas são declarações autênticas de um líder udenista em meu Estado.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, trabalho do D.N.E.R. no Estado da Paraíba, logo que começaram a surgir os efeitos da calamidade climática, de tal modo impressionante que me traz a esta tribuna, não para defender quaisquer falhas, erros, omissões ou mesmo atos de má-fé, porque em volumes de obras dessa natureza é possível que tais erros ou mesmo crimes se verifiquem. O que é preciso é denunciar as críticas demolidoras das construtivas. Se se falar em erros que se apontem esses erros e possa afirmar ao Senado e à Nação, que esta altura o Governador do meu Estado, um dos líderes passadistas da minha terra, já determinou providências para abertura de inquérito, uma vez que os gêneros alimentícios do COFAP são entregues à COAP que por seu turno os redistribui às Comissões estaduais nos municípios, fim de que façam diretamente sua distribuição.

Bete o sistema usado pelo Governador do meu Estado, um dos mais honrados paraibanos de nossa vida pública.

Trarei ao conhecimento do Senado as conclusões do inquérito.

E também do meu conhecimento que o Sr. Ministro da Viação autorizou abertura de inquérito. E ainda hoje em palestra com o Deputado Aluisio Alves fui informado de que a Comissão Contra a Fraude e a Corrupção, constituída na Câmara dos Deputados, já providenciou e ida a meu Estado de uma delegação composta de um passadista, um petebista e um udenista, recaído a indicação deste último na pessoa do próprio Deputado Aluisio Alves.

Quero crer que essa Comissão transcorra como ocorreu com outras delegações de Deputados e Senadores que passaram pelo Nordeste e com as quais tive oportunidade de manter contacto por força da minha função de Secretário do Interior e Segurança Pública — depoimentos esclarecedores à Nação sobretudo situando a ação humana e eficiente do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem nas primeiras providências para assistência aos trabalhadores paraibanos.

Cabe inicialmente, dizer que ao Departamento compete um programa de trabalho, no Governo do Ilustre Presidente Juscelino Kubitschek, de monta que atinge a 35 bilhões de cruzeiros em todo o país.

A direção do DNER como se sabe está entregue ao Ilustre Engenheiro Dr. Edmundo Regis Bittencourt, que foi durante quinze anos, engenheiro do DNOCS e assistente do Dr. La-

Vieira, um braço direito do Ministro José Américo quando na Pasta da Viação.

Ao Dr. Regis Bittencourt, figura de técnico dos mais idôneos, coube executar a grande tarefa da construção da Rodovia Presidente Dutra, como, também, em oito meses, a da Rodovia Rio-Belo Horizonte.

A meta rodoviária do atual Governo compreende dez mil quilômetros de estradas a construir e cinco mil a pavimentar. Note-se que em 1956 havia em todo o Brasil mil e novecentos quilômetros de rodovia pavimentada; no fim deste exercício de 1958, 42% desses programas estarão cumpridos. Duplicará assim, o Presidente da República as obras de pavimentação de rodovias em todo o País, um programa que honra o Governo e exprime o sentimento de desenvolvimento que ele imprime à Nação brasileira.

No meu Estado, Sr. Presidente, como obras normais do DNER, encontra-se trabalho de muito como jamais fora realizado em toda a nossa história administrativa. Além dos serviços de emergência, está sendo retificado e melhorado todo o trecho da BR-23 — estrada central que corta o Estado, de João Pessoa a Cajazeiras.

Todo este trecho está recebendo trabalho do DNER, numa extensão de mais de trezentos e cinquenta e seis quilômetros, incluindo alargamento, retificação, rebaixamento do leito, construção, alargamento e reforço de pontes, enfim proporcionando condições técnicas para a pavimentação.

O programa desenvolve-se em todas as direções do Estado, inclusive nas rodovias que ligam a Estrada Central aos municípios marginais. Pelas verbas normais do Departamento cento e oitenta e oito milhões e quinhentos mil cruzeiros são destinados à construção da BR-23 que é a central, e a BR-11, que liga João Pessoa a Recife mais setenta e um milhões e seiscentos mil cruzeiros para outras rodovias. Pelo Fundo Rodoviário Nacional, setenta e dois milhões e trezentos mil cruzeiros, e pelo Fundo Nacional de Pavimentação, trinta e nove milhões e novecentos mil cruzeiros. Tudo isso somado com a verba de emergência até hoje despendida no Estado, num total de duzentos e sessenta milhões de cruzeiros, dá um total de seiscentos e trinta e dois milhões e oitocentos mil cruzeiros que estão sendo investidos no sentido do progresso e desenvolvimento do meu Estado.

Sr. Presidente, quando se cometem injustiças com relação aos técnicos responsáveis por um serviço de tal porte, os representantes do Estado assim beneficiados não podem nem devem permanecer calados.

Há ainda trabalhos em programação para este ano, como seja a Estrada de Souza a Luiz Gomes no Rio Grande do Norte, a construção da estrada de Pombal e do trecho de pavimentação da estrada João Pessoa-Grãnia.

Sr. Presidente, com todo este acervo de serviço normal, regular, o DNER foi surpreendido, em meu Estado como todos os órgãos federais pela calamidade climática. O DNER não é órgão de assistência aos flagelados; de trabalho técnico e programado ano a ano. Entretanto, as primeiras determinações do Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira, o DNER estendeu seus serviços além dessa programação normal, e instalou em todos os municípios paraibanos serviço imediato para amparar as grandes levadas de flagelados.

Milhares de homens vagavam pelo Estado da Paraíba nos meses de março e abril. Hoje, não se verifica mais esse quadro. Encontramos, em

todos os municípios trabalhos de assistência e fixação de grandes levadas de flagelados, diferentes dos de outras épocas. Foram eles distribuídos pelos municípios de Pombal, Conceição, Misericórdia, Curuma, Cajazeiras, Antenor Navarro, Piancó, Catolé do Rocha e até os da zona do Curimataú menos atingido, no momento, mas, naquela hora, duramente castigado pela calamidade.

Dizia o ex-Ministro da Viação que coisas incríveis se passavam nos trabalhos de assistência aos flagelados no meu Estado; entre elas, cita as mesmas denúncias do Deputado Ernani Sátiro: os alistamentos fictícios, a serviço de interesses eleitorais, insinuando que a situação atual da política do meu Estado tinha interesse em desenvolver esses trabalhos em benefício da sua própria organização.

O que há Sr. Presidente, Srs. Senadores é que, se os serviços se desenvolvem no meu Estado, em todos os setores, a atuação do Presidente da República se faz presente e os corações paraibanos, cada dia avulsa, com o nome do Sr. Juscelino Kubitschek e o envolvem numa auréola consagrada, transformando-o num dos homens de maior influência política e popular no meu Estado. Evidentemente o reflexo desta situação atinge o P.S.D. paraibano e seus candidatos ao próximo pleito. Separar serviços federais executados por um governo possedista da influência possedista no meu Estado difícil será, uma vez que estamos dentro de um só princípio, que é o normativo da atividade no sentido do bem público. O Governo da República nas mãos de um homem do P.S.D., e o Governo do Estado, também realizando intenso trabalho de assistência criam movimento de opinião que está abalando convicções e circundando nossos candidatos à representação federal com uma auréola de vitória, que inquieta e incomoda nossos adversários, os quais já se preparam psicologicamente para justificarem sua derrota no próximo pleito.

O Sr. Primio Beck — Permite Vossa Excelência um aparte?

O SR. ABELARDO JUREMA — Ouço V. Ex.ª com muito prazer.

O Sr. Primio Beck — V. Ex.ª está focalizando o problema de alto interesse para a Nação. Solidário com suas palavras, devo dizer que o Governo Federal tem auxiliado muito os serviços rodoviários e ferroviários em quase todos os Estados. No Rio Grande do Sul, ainda há pouco, o Diretor Geral do Departamento de Estradas de Rodagem, Dr. Regis Bittencourt, foi examinado in loco o trabalho de seus subordinados. Informo ao nobre colega, com a máxima satisfação, que dentro em breve, com a cooperação do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem — portanto, com a ajuda do Governo — teremos concluído a ponte sobre o rio Guaíba, que será a maior da América do Sul, na extensão de cerca de três quilômetros e oitocentos metros de pavimentação e de ponte propriamente dita. Mais: a Estrada BR-14, que liga todo o centro produtor do Rio Grande do Sul com o único porto de saída, que é o da cidade do Rio Grande, dentro de alguns meses, estará totalmente pavimentada. Através desse porto, o Estado poderá carrear, através do porto da cidade do Rio Grande, cerca de quatro milhões de toneladas de gêneros de primeira necessidade, gêneros esses que virão para os centros consumidores do país. Louvo, portanto, a palavra de V. Ex.ª, principalmente porque interessa a todos os brasileiros, a crítica às boas administrações federal, estadual e municipal.

O SR. ABELARDO JUREMA — Muito obrigado ao nobre Senador pelo Rio Grande do Sul. Evidentemente, louvar ou criticar é função pública que compete a todas as pessoas conscientes da própria força.

Não é bom calar arte injustiças. Uma vez que um órgão federal em seu Estado, — como V. Ex.ª bem acentua — executa trabalho de morte, jamais deveria o nobre colega calar-se ante críticas generalizadas, sem fundamentação. O contrário seria desestímulo àqueles técnicos empenhados em trabalho de desenvolvimento da própria economia brasileira.

Muito obrigado, nobre Senador, pelo seu depoimento a respeito dos trabalhos executados pelo D.N.E.R. em seu Estado.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, sobre o alistamento eleitoral das concentrações humanas, que, segundo a entrevista do ex-Governador da Paraíba, estaria sendo feito na base de interesses partidários, cabe esclarecer, com o testemunho de figuras da mais alta representação do meu Estado, que aos primeiros sinais da seca, o D.N.E.R., com sua organização que previa apenas a execução normal de obras, com oitocentos homens sob seu comando, teve necessidade de enfrentar o problema na ordem da estatística que vou ler, e para a qual peço a atenção dos nobres Pares:

No mês de abril, o D.N.E.R. alistava 25.000 trabalhadores; no mês seguinte, passava essa cifra para 42.000; oito dias depois, para 54.000. E, assim, em 2 de maio, já 63.000 estavam alistados. Oito dias após, somavam 91.000 e atingia seu clímax em 24 de maio, com 93.000.

Até então enfrentava o D.N.E.R. sózrinho, a obra de assistência aos flagelados.

Pergunto, ao Senado e à Nação o que seria desses noventa e três mil flagelados, sem as providências imediatas do Sr. Presidente da República que, ao visitar a zona atingida pela seca, em Souza, declarou: no meu Governo, nenhum nordestino morrerá de fome.

Depois que outros órgãos igualmente assistiram a esses trabalhadores, desceu o alistamento, para setenta e sete mil no fim de maio; para sessenta e sete mil em junho e, agora, em 31 do mês passado para sessenta e três mil, oitocentos e quarenta e cinco, no D.N.O.C.S., enquanto o D.N.E.R. mantém quarenta mil e fração de trabalhadores. Isto só no Estado da Paraíba, porque ao que consta, no Nordeste sobe a mais de quatrocentos mil o número de homens amparados pelos serviços federais.

Esse volume de trabalhadores, essa concentração humana foi distribuída em todos os Municípios, desta vez de maneira técnica e racional, porque o D.N.E.R. poderia ter concentrado essas grandes levadas em torno de estradas já estudadas e programadas. Ai está o sentido humano e racional desse Departamento tão criticado pelo ex-Governador da Paraíba, que afirma serviços outros, inclusive particulares, foram executados em diferentes municípios; fala-lhe o conhecimento pessoal, que eu adquiri como Secretário do Interior e Segurança Pública, em contacto com aquelas zonas em várias oportunidades.

O Sr. Filinto Müller — Permite V. Ex.ª um aparte?

O SR. ABELARDO JUREMA — Com muita satisfação.

O Sr. Filinto Müller — O Senador, que V. Ex.ª traz ao Senado é da maior importância, V. Ex.ª tomou o cargo de Secretário do Interior e Segurança Pública da Paraíba. E sobre o cidadão cuja palavra merece todo o respeito e acatamento. A entrevista do eminente Sr. José Américo de Almeida, publicada pelo "O Globo", poderia, realmente, ser calada no espírito de muita gente, pela respeitabilidade do seu autor; mas V. Ex.ª vem agora mostrar que o Sr. José Américo de Almeida estava equivocado, baseado-se em informações que não correspondiam à verdade.

O SR. ABELARDO JUREMA — Informações apaixonadas dos seus correligionários.

O Sr. Filinto Müller — V. Ex.ª classifica-as de apaixonadas; eu as considero informações não perfeitamente exatas. V. Ex.ª traz ao Senado e à Nação depoimento muito valioso, porque vem repetir os fatos na sua exata expressão. V. Ex.ª está propalando — e o faz com brilhantismo — que a ação desenvolvida pelo Governo Federal é a mais benéfica possível no amparo aos flagelados do Nordeste. V. Ex.ª está, dessa forma, prestado grande e relevante serviço à Nação.

O SR. ABELARDO JUREMA — Obrigado ao nobre Senador, Filinto Müller, líder da Maioria, pela autoridade moral e política em estimular-me com suas palavras. A propósito de determinado trecho do seu aparte, minhas palavras têm, justamente, o escopo de evitar que denúncias dessa natureza criem, na Capital da República, clima contrário à continuação dessa assistência que tem sido tão eficaz, na hora mais dramática que o Nordeste viveu.

Se o D.N.E.R. não tivesse assistido a esses noventa e três mil trabalhadores, onde estariam eles a essas horas, indagando do Senado e da Nação. — Derramados pelas estradas, em busca dos centros do Sul, enchendo as ruas da Capital Federal e as de São Paulo.

O Sr. Fernandes Távora — Permite V. Ex.ª um aparte?

O SR. ABELARDO JUREMA — Ouvirei o aparte de V. Ex.ª com muita alegria.

O Sr. Fernandes Távora — Não é meu intuito contestar as palavras de V. Ex.ª, que para mim valem muito.

O SR. ABELARDO JUREMA — Obrigado a V. Ex.ª.

O Sr. Fernandes Távora — Devo, contudo, dizer que, no Nordeste, em geral, têm cabimento as acusações formuladas pelo Dr. José Américo. No meu Estado, quanto disse aqui está muito aquém da verdade do que realmente se passa de lastimável em todas as zonas flageladas. Há, na realidade, alistamento falso, há extorsão dos pobres flagelados, que pagam dez, vinte cruzeiros, quase diariamente, conforme o caso.

O SR. ABELARDO JUREMA — Chegaria a esse ponto, no meu discurso.

O Sr. Fernandes Távora — Estou apenas reafirmando, quando disse perante o Senado, Não me refiro à Paraíba, porque V. Ex.ª é responsável pelo seu Estado e, muito naturalmente, defende os seus conterrâneos e correligionários.

O SR. ABELARDO JUREMA — Devo interromper as palavras de V. Ex.ª, para mim valiosas, a fim de informar que ocupo a tribuna justamente para prestar esclarecimentos, porquanto esses serviços não devem sofrer situação de continuidade em razão do clima que se cria na Capital da República contra os trabalhos

em desenvolvimento nas regiões flageladas. Como disse, no início do meu discurso — quando V. Exa. creio não estava presente — reconheço que há falhas, as quais devem ser apuradas.

O Sr. Fernandes Távora — Acrescento também que o Diretor do DNER não terá culpa dessas contravenções verificadas no Nordeste.

O SR. ABELARDO JUREMA — Disse, no início do meu discurso, nobre Senador Fernandes Távora, que dado o volume das obras e o seu porte, era possível — como Vossa Exa. falou e mais adiante também eu o faria, porquanto esse ponto faz parte das denúncias do ex-Governador da Paraíba que houvesse casos de extorsão de agiotagem. Sabe Vossa Exa. que o capital não tem bandeira surge onde há possibilidade de rentabilidade. É um mal velho. Tais casos não são problemas de uma região, mas de toda parte; problemas criados pelo capital sem entrinhas, sem bandeira, sem patriotismo.

O Sr. Fernandes Távora — Sim; mas o mais grave é exatamente admitirem os responsáveis por esses serviços fornecedores inodóneos. Esses exatamente o principal erro.

O SR. ABELARDO JUREMA — O problema de ordem técnica seria resolvido, nobre colega, se houvesse entrosagem dos estabelecimentos de crédito — do Banco do Brasil, Banco do Nordeste, Caixa Econômica — para fazerem chegar o dinheiro às zonas flageladas, de forma que o DNER e o DNOCS não precisassem recorrer a particulares. A solução seria dirigirem-se esses órgãos diretamente aos estabelecimentos de crédito para empréstimos a serem resarcidos quando da abertura do crédito. Infelizmente há essa descentralização, que vem de longa data e, todos os anos, se repetem esses fatos.

O Sr. Fernandes Távora — Ajude-me V. Exa. a fazer com que o Governo mande para o Nordeste o dinheiro, que promete mandar e nunca chega.

O SR. ABELARDO JUREMA — Desta tribuna o meu primeiro discurso, há mais ou menos quinze dias, foi justamente para pedir ao Senhor Ministro da Fazenda a abertura do crédito imediatamente.

Sabem V. Exa., o Senado e a Nação, porém, que um pedido desses terá que correr a tramitação necessária nas duas Casas do Congresso. Há os créditos abertos ad referendum do Congresso, mas têm que percorrer os canais competentes, como sejam: registro no Tribunal de Contas, encaminhamento aos órgãos do Ministério da Fazenda e destes para as agências do Banco do Brasil. Diante das estatísticas que li, com essa aceleração do alistamento, que do dia 7 de abril para o dia 10 do mesmo mês subiu de 25 mil para 42 mil, nenhum órgão, a não ser pela coragem, audácia e pertinácia, de seus diretores, poderia enfrentar com êxito a situação.

Abordava, Sr. Presidente, antes dos apertes, o caso sobre o qual discorde o ilustre ex-Governador da Paraíba, dos serviços realizados em propriedades particulares, como seja a construção de açudes em vários municípios da Paraíba.

O que acontece é que, quando o Departamento Nacional de Estradas de Rodagem teve que assistir a esta grande massa de flagelados nos seus centros seria fácil situá-los nas suas estradas centrais, mas ficariam eles de braços cruzados, na falta de material adequado para cobrir tão grande massa de flagelados. Humanamente resolveram esses órgãos, até a chegada do material, conservar turmas de flagelados nos seus próprios

municípios, melhorando as condições locais, que, sabe o nobre Senador Fernandes Távora, no interior são as mais precárias, das variantes ligando cidades a distritos, municípios a outros, a fim de que o serviço não fosse disperso e houvesse alguma rentabilidade nessa assistência aos Estados flagelados na hora precisa.

Hoje, e sabem aqueles que têm conhecimento da vida nordestina, com a chegada de material, o serviço se desenvolve dentro de bases técnicas e com encaminhamento e rendimento maiores do que no início do próprio trabalho.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, com esse alistamento de trabalhadores que se realizou nos municípios paraibanos, houveram por bem os órgãos competentes recorrer a autoridades: Prefeitos, Deputados e todos aqueles que se ofereciam para ajudar aos órgãos federais nessa distribuição de credenciais e trabalho. Todos sabem que para manter serviço permanente e organizá-lo nas épocas normais, se dispõe apenas dos quadros permanentes. Para que o Departamento Nacional de Estradas de Rodagem mantivesse esse trabalho de que vou dar conhecimento à Casa, era preciso que, em cada município, houvesse comissões e escritórios para a elaboração das folhas de pagamento e, ao mesmo tempo, fiscalização dos trabalhos em execução. Até o número de engenheiros era insuficiente para atender aos trabalhos desenvolvidos em todos os quadrantes da Paraíba. Posso, por exemplo, até 31 de julho último, o Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, os seguintes serviços no meu Estado, com o número de trabalhadores que vou citar:

BR-12 — Farinha Monteiro — 8.905 trabalhadores.

BR-23 — Campina Grande — Joazeirinho — 2.668 trabalhadores.

Joazeirinho — Santo André — S. João Cariri — 501 trabalhadores.

Soledade — Picui — 1.380 trabalhadores.

Pocinhos — Campina Grande — 1.240 trabalhadores.

Pocinhos — BR-23 — 1.420 trabalhadores.

Taperá — S. João Cariri — 1.100 trabalhadores.

Teixeira — Princesa — 5.450 trabalhadores.

A Estrada Teixeira — Princesa, Sr. Presidente, constitui uma reivindicação de mais de vinte anos do meu Estado. Princesa é um município encravado no território pernambucano, onde lutas fratricidas marcaram a vida daquela gente que vivia isolada, sem comunicações com os principais centros populacionais do Estado. Com essa estrada que estava fora do plano do DNER mas que foi construída dentro do plano de emergência, Princesa se reencontrou com o Estado da Paraíba.

Estrada Conceição — Bonito — 7.910 trabalhadores.

São dois municípios que se situam no mais longínquo ponto do Estado, na fronteira com o Estado do Ceará.

Brejo Cruz — Riacho Cavalão — 2.230 trabalhadores.

Brejo Cruz — Serra Negra — 2.395 trabalhadores.

Santa Luzia — Caicó — 580 trabalhadores.

Diversas estradas em S. Mamede — 1.220 trabalhadores.

BR-23 — Joazeirinho — Cajazeiras — 17.100 trabalhadores.

Esta a Estrada central de ligação do Estado.

Patos — Serra Negra — 2.090 trabalhadores.

Pompal — Lagoa — 2.191 trabalhadores.

Itaporanga — S. Boaventura — Diamante — 2.300 trabalhadores.

S. Boaventura e Diamante são distritos de Itaporanga; com a Estrada, ficarão através desses distritos ligados ao Estado outros Municípios de difícil acesso.

Itaporanga — Bonito — 4.385 trabalhadores.

Perfazem, assim, o total de 62.845, enquanto o DNER e o DNOCS mantêm mais de 40 mil homens em várias zonas do Estado, em obras de aduagem, de canais de irrigação, de alargamento e em preparação de terreno para construção de novos apudes.

Sr. Presidente, Senhores Senadores, o ex-Ministro da Viação, evidentemente levado por informações tendenciosas de seus correligionários preocupados, como declarei de início com o clima político existente na Paraíba, inteiramente favorável, como não poderia deixar de ser, à ação do Chefe do Executivo Federal — aludiu ainda à diferença de alistamento de determinadas épocas, alegando a existência de fraude e de alistamento fictício, como acentuou o nobre Senador Fernandes Távora, e que as Comissões de Inquérito apuraram esses fatos.

Cabe-me explicar que esses alistamentos não são permanentes.

O homem do sertão, quando sabe que caiu chuva na sua terra, deixa o trabalho, ainda que perceba os mais altos salários, por estar sempre voltado para o seu solo, a sua gente, a sua família.

No Município de Capina Grande, por exemplo, há diferença de alistamento entre um mês e outro. Centro geo-econômico do Estado, congregando grande massa de trabalhadores ante a perspectiva de secas, tanto no brejo como no sertão, a concentração subiu a mais de quatrocentos mil trabalhadores. Com as primeiras chuvas, no entanto, apresentou outro aspecto. Mais de sete a oito mil trabalhadores largaram os serviços e voltaram às suas comunidades, aos seus municípios, às suas fazendas.

Mais um atestado em abono da situação é dado, sem contestação, pelo Serviço de Unidades Sanitárias Aéreas. Ao vacinar os flagelados em serviço, oferece estatísticas quase coincidentes com as dos trabalhadores alistados e em função. As diferenças, de quarenta ou cinquenta, representam a oscilação normal em qualquer serviço, que os homens afetados a esse programa de trabalho sabem existir em todas as construções que se iniciam e se desenvolvem pelo interior.

Sr. Presidente Srs. Senadores, cito ainda o Sr. José Américo de Almeida — e o nobre Senador Fernandes Távora também salientou — o problema dos fornecedores, sobre o qual prestei ligeiros esclarecimentos na ocasião em que aquele nobre colega me dava a honra de seu aparte.

Ninguém defende o fornecedor, mas ele é, como se diz, um mal necessário. Onde não há dinheiro, repito tem que surgir a força, do capital sem bandeira, sem entrinhas. Se, para vencer o mecanismo burocrático, o dinheiro custa a chegar, as obras não param, prosseguem; e quem paga os trabalhadores?

Se houvesse, como disse, há pouco, entrosagem entre os órgãos de crédito, sobretudo os federais — Banco do Brasil, Banco do Nordeste, Caixas

Econômicas, DNER, DNOCS, e o agrupamento rodoviário — assistiríamos ao pagamento à vista, em todos os serviços executados. Isso aconteceria desde quando começaram os primeiros serviços de assistência, tanto na época do Governo Epitácio Pessoa como na em que o Sr. José Américo de Almeida foi Ministro da Viação.

É preciso acentuar que, em todas essas fases os serviços se desenvolvem dentro dessa técnica, desse ritmo. No momento, o que se observa no Estado da Paraíba é um planejamento mais uniforme, distribuindo-se as obras e empreendimentos entre todos os municípios, fixando-se o povo ao seu meio, à sua gleba.

SR. PRESIDENTE — (Fazendo soar os tambores) — Pondero ao nobre orador que falta apenas um minuto para o término da hora do Expediente.

O SR. ABELARDO JUREMA — Sr. Presidente, dispondo apenas de um minuto, evidentemente não poderia concluir minhas considerações.

O SR. FILINTO MÜLLER — (Pela ordem) — Sr. Presidente, requiro a V. Exa. consulte à Casa sobre se consente na prorrogação da hora do expediente, a fim de que o nobre Senador Abelardo Jurema possa concluir as judiciosas e brilhantes considerações que vem expendendo.

O SR. PRESIDENTE — O Senado acaba de ouvir o requerimento formulado pelo nobre Senador Filinto Müller.

Os Senhores Senadores que o aprovam, queiram conservar-se sentados. (Pausa).

Está aprovado. Continua com a palavra o nobre Senador Abelardo Jurema.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, agradeço a distinção do Senado ao aprovar a solicitação do nobre Líder da Maioria, Senador Filinto Müller. Seria breve ao concluir minhas considerações.

Posso dizer ao Senado e à Nação que todos esses serviços desenvolvidos no Estado da Paraíba, desde o seu início foram observados de perto pela população, pelas associações de classe e pelo seu Governador. A preocupação de convocar homens de responsabilidade de todos os setores de trabalho, foi de tal porte, que o que se observa em meu Estado foram alistamentos feitos com a fiscalização de membros de vários Partidos políticos. Assim, o pronunciamento de vários deles contestam, de modo frontal, as afirmativas do ex-Ministro da Viação e Obras Públicas.

Quero crer, que quando S. Exa. concedeu entrevista ao jornal "O Globo", vinha de excursão pelo interior do Estado, onde sentiu, como todos seus acompanhantes e correligionários, graças ao trabalho desenvolvido pelo Governo da República, que há realmente clima propício à consagração do Chefe da Nação, refletindo-se, em todos os quadros políticos do nosso Estado, porque não podemos ser responsáveis por aqueles homens que, alistados nos trabalhos do Departamento de Obras Contra as Secas, do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem e de muitos outros serviços do Estado, mudam de orientação política e se transformam em suas inclinações.

São atitudes de consciência, subjetivas, que ninguém pode impedir ou modificar. Daí a preocupação de gritar...

O Sr. Fernandes Távora — Permite V. Ex.^a um aparte?

O SR. ABELARDO JUREMA — Com muito prazer.

O Sr. Fernandes Távora — Acredito que, realmente, a atitude de alguns, ou mesmo de muitos dos trabalhadores da zona nordestina, seja ditada pela sua consciência mas, incontestavelmente, no Ceará, o que se faz é exigir que o indivíduo mude de opinião e até que entregue o título que possui, para que possa garantir sua mudança. Isso tem ocorrido muitas vezes. Digo-o apenas para confirmar o que, por mais de uma vez, tenho dito nesta Casa.

O SR. ABELARDO JUREMA — Permita-me o nobre Senador Fernandes Távora interromper seu aparte, que tanta honra me dá, mas sabe V. Ex.^a que a grande maioria dos alistados é analfabeta. V. Ex.^a deve saber que se um Partido político, em qualquer unidade da Federação, conseguisse alistar 102 mil trabalhadores em suas fileiras, sairia vencedor em qualquer luta. O alistamento é feito nessas bases, podendo haver, aqui ou ali, qualquer defeição. Conseguir, porém, um alistamento maciço, eficiente e total, creiam o Senado e V. Ex.^a, seria difícil. Se num Partido como o nosso, na Paraíba, onde estamos lutando de município em município e de distrito em distrito pela vitória do Sr. Ruy Carneiro, a fim de reconduzi-lo a esta cadeira do Senado, conseguíssemos alistar homens somente da nossa agremiação partidária, estaríamos com a situação definida; sem necessidade de atuarmos em cidades, municípios e distritos com a capacidade e perseverança que sabemos ter quando está em jogo a bandeira partidária.

O Sr. Fernandes Távora — Permite V. Ex.^a um aparte?

O SR. ABELARDO JUREMA — Com todo o prazer.

O Sr. Fernandes Távora — Quando falo, é tendo em conta a relatividade. Eu não seria capaz de afirmar que todos os parabianos alistados nos serviços se mudassem para o partido de V. Ex.^a. Com, não se mudam em qualquer outro Estado. Apenas aqueles que se julgam donos dos serviços procuram mudar, incontestavelmente e por meios não louváveis a opinião dos pobres flagelados. Isto ocorre muitas vezes, mas não vou ao ponto de dizer que os amigos políticos de V. Ex.^a façam exigência no sentido de que todos os que trabalham se transfiram para o Partido de V. Ex.^a. Seria incrível e eu não faria uma alegação que ofenda pela injúria aos homens que dirigem o P. S. D.

O SR. ABELARDO JUREMA — Obrigado a V. Ex.^a pela justiça que faz aos meus correligionários.

O Sr. Lameira Bittencourt — Permite V. Ex.^a um aparte?

O SR. ABELARDO JUREMA — Com todo o prazer.

O Sr. Lameira Bittencourt — Não conheço, e não poderia conhecer, os fatos que estão sendo referidos no discurso de V. Ex.^a senão através das palavras de V. Ex.^a que me merecem e estou certo de todo o Senado. Inteira fé, porque, sem favor V. Ex.^a é um dos mais dignos e ilustres membros do Senado da República. (Muito bem).

O SR. ABELARDO JUREMA — Obrigado a V. Ex.^a.

O Sr. Lameira Bittencourt — Conheço bem V. Ex.^a, conheço bem o nobre e eminente colega Senador Ruy Carneiro e sei que este é incapaz de praticar um ato menos digno.

O SR. ABELARDO JUREMA — Muito obrigado a V. Ex.^a.

O Sr. Lameira Bittencourt — Sei também que V. Ex.^a é incapaz, quaisquer que sejam as injunções políticas, de defender um ato dessa natureza. Por isso quero, meu nobre colega, através deste rápido aparte, transmitir-lhe minha inteira e rigorosa solidariedade pela brilhante defesa que está fazendo. Sei que V. Ex.^a fala com absoluta convicção e sinceridade. Conflito no eminente colega e conflito no Senador Ruy Carneiro, e estou certo que V. Ex.^a defende a boa causa neste momento. Daí, repito, a minha solidariedade, o meu apoio às palavras de V. Ex.^a.

O SR. ABELARDO JUREMA — Muito obrigado ao nobre Senador Lameira Bittencourt, que veio mesmo a propósito, com o seu aparte, porque na entrevista do ex-Governador da Paraíba há insinuação de que existem forças outras, e essas forças só poderiam ser as que se opõem ao seu nome e estariam interessadas em que continuasse a situação de retardamento do dinheiro para pagamento e atualização do salário dos flagelados.

V. Ex.^a desta tribuna me apartou quando eu reclamava, em dias do mês passado, providências do Ministro da Fazenda para a remessa do numerário, a fim de que os órgãos federais no meu Estado pudessem atualizar os seus pagamentos e evitar — dizia eu — a exploração que campeia aqui no Distrito Federal como campeará em qualquer parte do mundo onde haja escassez de dinheiro e de crédito.

O Sr. Lameira Bittencourt — V. Ex.^a permite ainda um aparte? (Assentimento do orador) Quem assim procedeu e procede, quem assim falou e fala, evidentemente não tem participação nas manobras executadas a que se referiu a acusação que V. Ex.^a formula neste instante. Não pode haver melhor argumento, e argumentar irresponsavelmente para demonstrar quando inócuas e anônimas são essas acusações destruídas por V. Ex.^a.

O SR. ABELARDO JUREMA — Muito obrigado a V. Ex.^a.

Sabem todos os nobres colegas que os juros cobrados na Capital da República, juros cobrados por empréstimos de firmas comerciais a pessoas são exorbitantes, pela deficiência do crédito.

Imagine o Senado a exploração que, evidente e naturalmente, terá de surgir num Estado subdesenvolvido, onde os serviços se executam, onde são convocados os homens da terra para ajudar a esses mesmos serviços, enquanto não chegaram os numerários para a atualização desses pagamentos.

Pergunto, então, ao Senado, à Nação, à Imprensa se é possível, num Estado, peemmo e pobre em municípios de economia deficitária, cujos prefeitos só se movimentam e pagam seu funcionalismo com a ajuda da verba federal, selecionar os fornecedores entre os do P. S. D. e os da U. D. N.

Qualquer comissão parlamentar, qualquer comissão de inquérito, qualquer um poderá verificar que esses fornecimentos são feitos e o enriquecimento dos fornecedores não tem bandeira política partidária nem afetiva; são todos os que se congregam aos que têm dinheiro para ganhar mais porque há um velho ditado que diz: o rio corre para o mar.

Este aspecto é o mais importante, porque fere a honrabilidade do Partido Social Democrático. Por isso, quero responder ao Ministro José Américo, com o testemunho do Senador Lameira Bittencourt, que estava presente quando, desta tribuna, dirigiu recentemente apelo ao qual juntei uma carta, ao Sr. Ministro da Fazenda, solicitando, a liberação do numerário do Nordeste, a fim de que seus Estados pudessem atualizar os pagamentos.

No momento, os trabalhos no Nordeste desenvolvem-se numa base que, para sua atualização, são necessários mais de duzentos milhões de cruzeiros, a fim de garantir o pagamento de todos atualizadamente, até o dia 31 de julho, já vencido. Este o problema. A situação, porém, não é nova e se verifica todas as vezes em que ocorre o fenômeno das secas.

O Sr. Fernandes Távora — Permite V. Ex.^a um aparte?

O SR. ABELARDO JUREMA — Agradeço muito a colaboração de V. Ex.^a.

O Sr. Fernandes Távora — Felicito a Paraíba por ter a ventura de distribuir trabalho a Prefeitos de credos diferentes. No meu Ceará, infelizmente, não há um só Prefeito que não seja peiteista ou peiteista, que tenha tido a distribuição de serviços.

O SR. ABELARDO JUREMA — Posso citar a V. Ex.^a prefeitos como o de Cajazeiras, Sr. Antônio Nolin da UDN, Nominando Diniz, de Piracema, Douzimar de Cavalcanti, de São José de Piranhas.

O Sr. Fernandes Távora — Por isso mesmo felicito o Estado da Paraíba, porque no meu Estado os Prefeitos udenistas sequer sentiram o cheiro do dinheiro Federal.

O SR. ABELARDO JUREMA — Aliás, comeci meu discurso lendo a entrevista do Sr. Severino Cordeiro, Presidente da Câmara Municipal de Cajazeiras fundador da União Democrática Nacional, irmão do Sr. Pedro Cordeiro, casado com a sobrinha do Sr. José Américo, membro atuante da U. D. N. que repete em primeira mão, antes de mim, as declarações do Sr. José Américo, dizendo que as acusações são falsas. Nas suas conclusões diz ele: "Não posso, entretanto, calar diante de afirmações que não são verdadeiras."

Este o testemunho de um homem que ajudou a fundar a U. D. N. no meu Estado, e ainda hoje uma força viva no sertão, parabiano pela sua atuação e lealdade a companheiros. Ainda agora numa casa da U. D. N. no meu Estado entre os Srs. João Agripino e Arsenio de Figueiredo, o Sr. Severino Cordeiro ficou com o Sr. João Agripino, atuando em favor da sua vitória no Estado e do Sr. José Américo.

O Sr. Fernandes Távora — Mais uma razão para se felicitar a Paraíba.

O SR. ABELARDO JUREMA — Obrigado a V. Ex.^a por ressaltar este aspecto da Paraíba o que muito me agrada e comove.

O Sr. Filinto Müller — Permite V. Ex.^a um aparte?

O SR. ABELARDO JUREMA — Com muito prazer.

O Sr. Filinto Müller — Tenho a honra de que o nobre Senador Fernandes Távora está equivocados. Creio ter lido uma declaração do Governador do Ceará proclamando a gratidão do povo ao Governo com relação às obras realizadas no Estado não somente obras contra as secas mas serviços que atendem às aspirações da nobre gente do Ceará.

O Sr. Fernando Távora — O Ceará agradece as promessas e V. Ex.^a sabe o que valem as promessas do Sr. Juscelino Kubitschek.

O Sr. Filinto Müller — Valeu muito; correspondem à realidade.

O SR. ABELARDO JUREMA — No Nordeste, Senador Fernandes Távora, as promessas do Presidente da República constituem realidade. As palavras sucedem os atos.

O Sr. Fernandes Távora — Já estou ganhando de felicitar a Paraíba por essa exceção.

O Sr. Lameira Bittencourt — O telegrama do Governador Paulo Sarazate não alude a palavras, mas a realizações e providências.

O Sr. Fernandes Távora — Pode realizar, não há dúvida nenhuma, por intermédio dos amigos políticos de S. Ex.^a; por intermédio de meus amigos, nunca!

O Sr. Lameira Bittencourt — Sua Excelência refere-se a atos.

O SR. ABELARDO JUREMA — Secretário do Interior e Segurança da Paraíba, transporte-me, certo dia, de João Pessoa para São Gonçalo, a fim de receber o Sr. Presidente da República. S. Ex.^a veio acompanhado de altas autoridades. Aí, ali, o Governador Paulo Sarazate, um dos maiores entusiastas pelos serviços federais na região. Acompanhou o Sr. Juscelino Kubitschek em todas as suas visitas, não só no seu Estado como também no de Pernambuco, participando inclusive das homenagens prestadas a S. Ex.^a.

O Sr. Fernandes Távora — Está claro que o Governador Paulo Sarazate não poderia deixar de prestar homenagem ao Presidente da República, que procurava intensificar os trabalhos na região. Uma coisa, porém, é intensificar os trabalhos e outra é confiá-los a este ou aquele, segundo melhor lhe convenha.

O SR. ABELARDO JUREMA — O Governador Paulo Sarazate acompanhou o Presidente da República na sua excursão de Fortaleza até Pernambuco.

O Sr. Fernandes Távora — Perfeitamente. Estava procurando induzir o Sr. Presidente da República a fazer justiça, e S. Ex.^a acabou não a fazendo.

O SR. ABELARDO JUREMA — Os serviços já se estavam desenvolvendo. Fazamos justiça ao Governador Paulo Sarazate. Se S. Ex.^a sentisse que seu Estado não vinha sendo assistido com toda a eficiência, não teria dado o testemunho do seu alto apreço ao Sr. Presidente da República.

O Sr. Filinto Müller — Exatamente.

O Sr. Fernandes Távora — Não quero mais apartar o nobre orador; contudo, acrescento que o Sr. Juscelino Kubitschek prometeu ao Ceará e falou; prometeu à Paraíba e cumpriu. Vv. Ex.^{as} são felizes, nós somos infelizes.

O Sr. Filinto Müller — Um homem da altitude moral do Governador Paulo Sarazate não prestaria essa homenagem ao Presidente Juscelino Kubitschek não estivesse realmente auxiliando o Ceará.

O SR. ABELARDO JUREMA — Sr. Presidente, Srs. Senadores, quero ressaltar outra autoridade atingida pelo ex-Ministro da Viação e Obras Públicas: o Engenheiro-Diretor do 1.^o Distrito do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, Dr. Amadeu Freire que dirige o Serviço na Paraíba há três anos, desde quan-

do exercia o Governo o representante da União Democrática Nacional, Sr. Flávio Ribeiro.

Esse engenheiro, que atendeu prontamente aos reclamos do povo, que assistiu os paraibanos nesse drama, regressando há alguns dias desta Capital, onde se achava em busca de recursos para a manutenção do Serviço, recebeu, no meu Estado, homenagem de todos os engenheiros dos órgãos federais e estaduais, como um desagravo, porque já os Deputados Ernani Sátiro e João Agripino haviam apresentado ao Sr. Presidente da República denúncia que motivou inquérito e diligência por parte do D.N.E.R. e do Ministério da Viação e Obras Públicas.

Pois bem, Sr. Presidente, quando de regresso ao meu Estado, recebeu S. Ex.^a homenagens às quais se associaram os diretores de todas as Faculdades Técnicas da Paraíba, inclusive do General Oliveira Leite, e foi saudado por Hermanno de Almeida, ex-Diretor do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem no meu Estado, no Governo de Flávio Ribeiro, sobrinho e correligionário do Sr. José Américo de Almeida e casado com uma filha do Dr. José Tarquino, também seu correligionário.

Foi o Dr. Amadeu Freire consagrado nos encontros mais largos numa exaltação à técnica e à ação desse especialista que, agora, está sendo atingido pela entrevista injusta do ex-Ministro da Viação.

Sr. Presidente, Srs. Senadores creio que expliquei com fatos e números, com argumentação à base dos meus modestos recursos...

O Sr. Fernandes Távora — Não apoiado, V. Ex.^a tem toda a competência para esclarecer os fatos.

O SR. ABELARDO JUREMA — ... para que a Nação tenha conhecimento, do motivo da gratidão da Paraíba ao Governo do Presidente Juscelino Kubitschek.

O Sr. Filinto Müller — Muito bem.

O SR. ABELARDO JUREMA — Meu Estado é grato aos técnicos que lá executam seu trabalho, desde os mais modestos apontadores ao chefe do distrito, engenheiro Amadeu Freire. Os políticos, que hoje nos combatem, deviam estar lá para ver o que nós assistimos: os técnicos atendendo a todos os municípios do Estado, para que noventa e três mil paraibanos não sofressem as amarguras do desemprego, da fome e da miséria.

A Paraíba, por minha voz, responde ao Ministro José Américo, dizendo da sua gratidão, do seu reconhecimento, não apenas ao Sr. Presidente da República mas, também, aos engenheiros, que trabalham e assistem a sua população, nas horas de dificuldades, no desenrolar dos fenômenos climatológicos que nos atingem vez por outra.

A Paraíba sempre foi reconhecida e sempre soube acompanhar os grandes homens nas grandes causas; não fugirá, desta vez, não faltará ao chamamento de depôr a favor dos que realizam o bem público. (Muito bem; muito bem! Palmas. O orador é cumprimentado).

O SR. PRESIDENTE:

Sobre a mesa requerimento firmado por vários Srs. Senadores.

É lido e sem debate aprovado o seguinte

Requerimento n. 321, de 1958

Pelo falecimento do Sr. Camilo Mérico, que exerceu, com grande dignidade, a representação do Esta-

do do Rio Grande do Sul no Senado Federal, requeremos as seguintes homenagens de pesar, com fundamento no art. 125, parágrafo único, letra b, do Regimento Interno:

a) inserção em ata de um voto de pesar;

b) apresentação de condolências à família e ao Estado do Rio Grande do Sul.

Sala das Sessões, em 8 de agosto de 1958. Alencastro Guimarães — Lima Guimarães — Pedro Ludovico — Abelardo Jurema — Moreira Filho — Mourão Vieira — Lima Teixeira — Fernandes Távora — Alô Guimarães — Mário Motta — Prímio Beck — Prisco dos Santos.

O SR. PRESIDENTE:

A Mesa se associa às homenagens que o Plenário acaba de prestar à memória do saudoso parlamentar que com tanto brilho representou o Estado do Rio Grande do Sul nas duas Casas do Congresso. (Pausa).

Vai ser lido ofício do nobre Senador Onofre Gomes.

É lido o seguinte

OFÍCIO

Em 8 de agosto de 1958.

Senhor Presidente:

Tendo-se afastado, dos trabalhos do Senado o Senhor Senador Sá Tinoco, solicito se digne Vossa Excelência designar-lhe substituto, na Comissão de Segurança Nacional, na forma do disposto no art. 39, § 2.º, do Regimento Interno.

Atenciosas saudações — Onofre Ramos.

O SR. PRESIDENTE:

Designo o nobre Senador Moreira Filho. (Pausa).

Sobre a Mesa Indicação que vai ser lida.

Lida e apoiada, vai à Comissão Diretora a seguinte

Indicação n. 3, de 1958

Sugere a composição de uma Comissão com a incumbência de, entre outras providências, tomar conhecimento dos planos e projetos do imóvel que está sendo construído em Brasília.

Atendendo a que o Senado deve ter o maior interesse em conhecer, na parte que lhe é destinada, os planos e projetos que servirão de base à construção do edifício-sede do Congresso Nacional na futura capital da República;

Atendendo a que, em 1951, a Comissão Diretora designou uma Comissão, composta de Senadores, Arquitetos e funcionários, a qual, após longos e minuciosos estudos, elaborou um plano para novo edifício do Senado, em que eram atendidas, de modo cabal, as necessidades deste ramo do Poder Legislativo, tendo sido, até, realizado concurso de anteprojetos com escolha e proclamação de vencedores e distribuição de prêmios;

Atendendo a que assim, já existem estudos feitos sobre a matéria por iniciativa do Senado;

Indicamos que a Comissão Diretora, a exemplo do que foi feito em 1951, designe uma Comissão, composta de um de seus membros, como Presidente, três Senadores e um funcionário categorizado da Casa, para tomar conhecimento dos planos e projetos do imóvel que está sendo construído em Brasília, verificar se atendem às necessidades e conveniências do Senado, apresentar sugestões, se for o caso, e acompanhar a construção, pondo a Comissão Diretora ao corrente dos seus estudos e observações, através de relatórios e

comunicações, como bases para as providências que ela deva tomar ou propor à Casa.

Sala das Sessões, em 8 de agosto de 1958. — Filinto Müller — João Villasbôas.

O SR. PRESIDENTE:

Sobre a Mesa outro requerimento. É lido e apoiado o seguinte

Requerimento n. 322, de 1958

Nos termos do art. 127, letra b, do Regimento Interno, requero inserção nos Anais do Senado dos discursos pronunciados em Brasília pelos Srs. Presidente da República e Foster Dulles, Secretário de Estado dos Estados Unidos da América do Norte.

Sala das Sessões, em 8 de agosto de 1958. — Lima Teixeira.

O SR. PRESIDENTE:

O requerimento depende de apoio.

Os Srs. Senadores que o apoiam, queiram se conservar sentados. (Pausa).

Está apoiado.

De acordo com o Art. 127, Parágrafo único, o requerimento seria posto em discussão no final da Ordem do Dia. Constando ela, porém, de "Trabalho das Comissões", passa-se à discussão imediata.

Em discussão o requerimento. (Pausa).

Não havendo quem queira usar da palavra, vou encerrar a discussão.

Está encerrada.

Em votação.

Os Senhores Senadores que o aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa).

Está aprovado.

A Ordem do Dia é Trabalho das Comissões.

Faculto a palavra a quem dela se-
lar fazer uso. (Pausa).

O SR. SENADOR GILBERTO MARINHO PRONUNCIA DISCURSO, QUE ENTREGUE A REVISÃO DO ORADOR, SERÁ POSTERIORMENTE PUBLICADO.

O SR. PRESIDENTE:

Tem a palavra o nobre Senador Filinto Müller, para explicação pessoal.

O SR. FILINTO MÜLLER:

(Para explicação pessoal) — (Não foi revisado pelo orador) — Sr. Presidente, ontem, na Câmara dos Deputados, o eminente Deputado Vieira de Melo, representante do Estado da Bahia, e, até há pouco tempo, Líder da Maioria naquela Casa do Congresso, pronunciou discurso em que fez acusação da maior gravidade à atuação política do Governador Antônio Balbino, à pretensa ação pessoal do Sr. Sebastião Paes de Almeida, Presidente do Banco do Brasil, mais, ao que chama S. Ex.^a de negociata que se estaria desenvolvendo nas docas da Bahia, possivelmente com a conivência de altas personalidades administrativas do País.

Não venho à tribuna, Sr. Presidente, para analisar o discurso do eminente Deputado Vieira de Melo. Os fatos enunciados por S. Ex.^a são, como disse de início, da maior gravidade, e estão a exigir constatação cabal e provada das pessoas por S. Ex.^a focalizadas; estão a exigir, também, por parte de S. Ex.^a, a prova das afirmativas que fez

O candidato a Governador da Bahia, indicado pelo Partido Social Democrático não o conheço; tenho de S. S., entretanto, as melhores informações, que me levam a considerá-lo homem de bem, digno de exercer aquelas elevadas funções.

Conheço o Governador Antônio Balbino. Faço justiça quando mais não seja, à sua inteligência; e custo a crer que um homem do discernimento de Antônio Balbino, com larga experiência, assumisse a responsabilidade de declarações da ordem daquelas que lhe são atribuídas pelo eminente Deputado Vieira de Melo, ex-Líder da Maioria da Câmara dos Deputados.

O Sr. Juracy Magalhães — Permite V. Ex.^a um aparte?

O SR. FILINTO MÜLLER — Com muita honra!

O Sr. Juracy Magalhães — V. Ex.^a um dos líderes da política brasileira, sabe como são verdadeiras as distorções no pronunciamento do eleitorado, através do suborno, da coação, da violência. Todos precisamos prestar a nossa colaboração para extirpar esse cancro da vida pública nacional.

O SR. FILINTO MÜLLER — De pleno acordo com V. Ex.^a

O Sr. Francisco Fallotti — Muito bem, Senador Juracy Magalhães!

O Sr. Juracy Magalhães — Nós, homens de bem, estamos sentindo a necessidade de corrigir o descalabro que vai pela vida pública ou, então, nos afastamos dessa atividade que nos é sobremodo onerosa. Vou dar a V. Ex.^a e à Nação um depoimento sobre o caso que traz ao conhecimento do Senado, e que foi objeto do discurso do nobre Deputado Vieira de Melo, ontem, na Câmara dos Deputados. Esse ilustre parlamentar contou-me que vários convencionais do Partido Social Democrático haviam recebido, como estímulo ao apoio à candidatura Pedreira de Freitas, a notícia de que essa candidatura estaria muito bem baseada, numa poderosa força financeira que a escudava; e que somente o Sr. Sebastião Paes de Almeida teria subscrito inicialmente dez milhões de cruzeiros, dizendo que essa quantia poderia ser elevada até trinta milhões de cruzeiros, pois estaria disposto a gastar no pleito governamental baiano. Esta segunda parte não a ouvi da testemunha que vou dar ao conhecimento ao Senado; mas quanto à primeira parte, ou seja a subscrição de dez milhões de cruzeiros, o ilustre Governador Antônio Balbino, quando convidava o deputado Ruy Santos, presidente da U.D.N. baiana, a trazer o nosso Partido para a fórmula Pedreira de Freitas, entre os argumentos de que se valem incluiu o de que essa candidatura, na fase em que as despesas eleitorais são grandes, contaria com aquela facilidade evidente. Dei, então, o meu depoimento ao Deputado Vieira de Melo, que o trouxe a público. Ontem encontrei-me com S. Ex.^a, que me perguntou se o ratificaria. Respondi-lhe que sim, pois a verdade deve ser proclamada com toda a lisura e em tom alto, para que a nação inteira a ouça. Não quero cometer o desprimor de, amigo pessoal do Sr. Antônio Balbino e tendo apoiado o seu Governo até dias recentes, vir a público dar o espetáculo daqueles homens que, por divergirem politicamente, passam a acusar aqueles de quem eram aliados na véspera. Feito candidato ao governo da Bahia, desejo colocar a campanha política no mais alto nível, sem descer a retaliações pessoais. O jovem engenheiro Pedreira de Freitas, escolhido pelo P.S.D., é um moço distinto. Tivemos raros contatos mas dele colhi boa impressão

pessoal. Não pretendo, absolutamente, descambar para o regime de diminuir os indivíduos para que nossa figura apareça no cenário político. Se não temos valor próprio, não devemos trazer a um nível baixo o comum da vida pública do país. É por isso que dou meu depoimento quanto à existência da subscrição do Sr. Sebastião Paes Almeida, não com as provas possíveis da atitude porventura adotada por S. Ex.^a, mas com a palavra do Deputado Ruy Santos, que me contou ter ouvido essa afirmação do Governador Antônio Balbino. E trago esse testemunho porque é a verdade. Ao terminar, agradeço a V. Ex.^a a bondade com que me ouviu e asseguro que a negativa trazida ao conhecimento da Nação pelo Sr. Sebastião Paes Almeida, é acolhida por todos os políticos com certo alívio. Seria descabido que o Chefe de uma indústria monopolista como a do vidro plano, que é, praticamente, um truste no Brasil, fôsse empregado numa campanha política estadual mesmo da sua economia privada, quantia tão vultosa, que se assemelharia a um investimento. Seria doloroso, que isso ocorresse. Mas se é próprio vem a público declarar não ser verdade, faço votos para que os acontecimentos demonstrem que realmente, o presidente do Banco do Brasil teria razão na sua contestação.

O SR. FILINTO MULLER — Agradeço o aparte com que me honrou o eminente Senador Juracy Magalhães.

Sr. Presidente, não venho à tribuna, para debater a política baiana, nesta Casa, temos o costume, muito salutar, de não trazer a debate questões regionais. Desejo, simplesmente, tecer comentários sobre o discurso do nobre Deputado Vieira de Mello, a fim de, em conclusão, dar conhecimento ao Senado e à Nação do formal desmentido que me pediu fizesse, em seu nome, o Presidente do Banco do Brasil, Sr. Sebastião Paes de Almeida. Registro, porém, com muito prazer, o aparte do eminente Senador Juracy Magalhães que traz mais um elemento para a investigação que deve ser feita nesse aspecto da vida pública brasileira, a fim de que fique bem esclarecido onde estão as responsabilidades e se há, realmente, tentativa de corrupção que ferirá, antes de tudo, se exata, os brios do povo baiano.

O nobre Senador Juracy Magalhães, dando mais uma demonstração do seu elevado espírito democrático, acaba de afirmar que pretende conduzir a campanha política da Bahia num nível elevado, respeitando seus adversários, para ter direito a ser respeitado; e respeitando-os porque é homem que sabe acatar os demais.

O Sr. Juracy Magalhães — Respeito sem condições.

O SR. FILINTO MULLER — O depoimento de S. Ex.^a, que traz maior ênfase e gravidade à acusação do Deputado Vieira de Mello, embora não tenha sido ouvida diretamente por S. Ex.^a, mostra que, politizados como estamos, nós brasileiros, podemos conduzir uma campanha política em alto nível, dentro da democracia. E S. Ex.^a mesmo quem afirma que o Sr. Pedreira de Freitas, que pouco conhece a pessoa digna e respeitável, a cuja honorabilidade não faz qualquer restrição.

Sr. Presidente, não é admissível que um homem dêse porte aceitasse sua candidatura sustentada a peso de pecúnia. S. Ex.^a há de querer ser o governador de sua terra: é uma aspiração justa e honesta; mas não é justo nem honesto, pretender atingir-se esse elevado posto através da corrupção, através do peso dinheiro.

Quem quer que aspire a cargos públicos deve antes de tudo, conquistar a confiança do povo, para ter direito ao seu voto. Não é pelo dinheiro, não é pela corrupção, não é pela violência que os homens públicos de formação democrática buscam conquistar poder; é pela convicção, procurando convencer o povo, oferecendo ao seu conhecimento um programa salutar de administração que se conquistam votos. Nós, Senadores, bem podemos dar cêssate testemunho. Estou certo de que nenhum de nossos colegas eleger-se pelo peso do dinheiro. Todos que aqui se encontram representam realmente o signo da vontade popular.

O Sr. Lima Teixeira — Permite V. Ex.^a um aparte?

O SR. FILINTO MULLER — Ouço com prazer o aparte de Vossa Excelência.

O Sr. Lima Teixeira — Louvo a atitude do meu colega, Senador Juracy Magalhães, quando, nesta hora, candidato ao governo da Bahia, tem a ombridade, a dignidade, aliás características de sua personalidade...

O Sr. Juracy Magalhães — Muito obrigado a V. Ex.^a

O Sr. Lima Teixeira — ... de reconhecer que o candidato escolhido em convenção pelo Partido Social Democrático, pelo Partido Trabalhista Brasileiro e pelo Partido Republicano, o Sr. Pedreira de Freitas, é um homem digno e honrado.

Conheci — confesso a V. Ex.^a com a sinceridade que me caracteriza — o Sr. José Pedreira de Freitas há pouco tempo; mas a impressão dos Balanos sobre sua pessoa é a de ser homem honrado e digno. É verdade que não tem tradição política.

O Sr. Juracy Magalhães — o que é uma solução artificial para o problema político da Bahia.

O Sr. Lima Teixeira — Estimaria que, nesta hora, as forças políticas do meu Estado estivessem congregadas em torno de uma solução dentro da qual a Bahia fosse a vencedora e pudesse contar com a colaboração do nobre Senador Juracy Magalhães.

O Sr. Neves da Rocha — Perfeitamente.

O Sr. Lima Teixeira — Sua Excelência, inegavelmente nos prestaria valioso concurso, dando o seu brilhantismo, sua inteligência, e capacidade de trabalho.

O SR. FILINTO MULLER — É patriotismo.

O Sr. Lima Teixeira — ... traços marcantes de sua passagem pelo governo da Bahia.

O Sr. Juracy Magalhães — Mais uma vez obrigado a V. Ex.^a

O Sr. Lima Teixeira — Estimaria, sim, que estivéssemos todos reunidos, porque houve a possibilidade de união, no meu Estado.

O Sr. Juracy Magalhães — Muito bem! Aí V. Ex.^a, há de convir que tocou no *punctum dolens*. Houve a possibilidade de unir a Bahia em torno de um grande nome como os de Clemente Mariani, ou Demóstenes Madureira de Pinho; mas, em vez disso, procurou-se solução pequena artificial, parecendo mesmo que a maior vítima, no caso, é o próprio candidato, moço de boas qualidades, que vai defrontar-se com tremendos embargos pela posição em que o colocaram outros, mais sábios e mais responsáveis.

O Sr. Lima Teixeira — Completando o aparte, lembro o que tenho dito muitas vezes desta tribuna: a

Bahia tem possibilidades de chegar a solução conciliatória, que a prestigiaria no seio da Federação, entretanto, não tem recebido o tratamento que merece. Tenho aqui protestado, muitas vezes, contra o tratamento discriminatório que se dá ao meu Estado. Contribui para a economia nacional com apreciável quantidade de divisas, por meio do cacau segundo produto de exportação do País, e, também, na posição privilegiada de maior produtor de petróleo do Brasil. A Bahia merece que as forças nacionais estejam congregadas nesta hora, para que, no futuro, possam dar-lhe a posição que merece no seio da Federação.

O Sr. Fernandes Távora — Permite V. Ex.^a um aparte?

O SR. FILINTO MULLER — Com muito prazer.

O Sr. Fernandes Távora — Nobre Líder da Maioria, nada contesto ao que acaba de dizer o Líder da União Democrática Nacional sobre o caso. Acredito, plenamente, que S. Ex.^a seria incapaz de inventar o mínimo que fosse em torno de qualquer fato passado aqui, porque é homem da realidade, veraz. Sinto-me, entretanto, na obrigação de dizer algo quanto ao Presidente do Banco do Brasil cidadão cuja dignidade e honradez me acostumei a admirar. Acredito sinceramente, que se S. Ex.^a destinou qualquer quantia à campanha eleitoral da Bahia, isto, como em geral de usa no Brasil, para auxiliar companheiros de luta, mas sem o sentido próprio da corrupção. É a observação que desejava fazer.

O Sr. Francisco Gallotti — Momentaneamente sabendo que o Presidente do Banco do Brasil é homem de grandes posses.

O SR. FILINTO MULLER — Agradeço o aparte do eminente Senador Fernandes Távora, que pela sua condição de Senador da República e sua grande respeitabilidade pessoal, tem grande valor.

O Sr. Fernandes Távora — Muito grato a V. Ex.^a

O SR. FILINTO MULLER — Todos sabemos quanto o Senador Fernandes Távora é intransigente na sua posição de adversário; mas também não ignoramos quanto S. Ex.^a preza sua palavra e com que dignidade exerce seu mandato. Registro o aparte de S. Ex.^a com imensa satisfação, pela significação que tem no debate que estamos travando.

O Sr. Benedito Valadares — Permite o nobre orador um aparte?

O SR. FILINTO MULLER — Com muita satisfação.

O Sr. Benedito Valadares — O Senhor Sebastião Paes de Almeida é homem trabalhador, honesto e de espírito público, que não se envolve em política no Estado de São Paulo, nem em Minas Gerais, Estado de seu nascimento, seria crível que fosse na política do Estado da Bahia.

O SR. FILINTO MULLER — Agradeço o aparte do nobre Senador Benedito Valadares.

O Sr. Juracy Magalhães — Permite V. Ex.^a um aparte?

O SR. PRESIDENTE (fazendo soar os timpanos) — Solicito dos nobres Senadores não apartem o orador. S. Ex.^a está falando em explicação pessoal e, regimentalmente, os apartes não são permitidos. A Mesa, no seio liberalismo, consentiu-os; mas S. Ex.^a, que, ainda segundo o Regimento, dispunha de apenas dez minutos, já está ocupando a tribuna há vinte minutos e ainda não pode concluir seu discurso.

O SR. FILINTO MULLER — Senhor Presidente, não pedi a palavra para explicação pessoal. Como a Ordem do Dia era trabalhos da Comissão, supus estivesse falando na continuação da hora do Expediente.

O SR. PRESIDENTE — Informe a V. Ex.^a que o Plenário resolveu que no dia em que a Ordem do Dia fosse se Traibho das Comissões, não haveria orador.

O SR. FILINTO MULLER — Agradeço o esclarecimento e faço apelo à liberalidade da Mesa para permitir que eu conclua meu discurso.

O SR. PRESIDENTE — VV. Excelências não só continuam como conceder aparte.

O SR. FILINTO MULLER — Sr. Presidente, agradeço a liberalidade. A declaração que estou fazendo é de alta significação para a vida política brasileira. Por isso, estou apelando para a liberalidade da Mesa.

Concedo o aparte ao nobre Senador Juracy Magalhães, há pouco pedido.

O Sr. Juracy Magalhães — Congratulo-me com V. Ex.^a pela oportunidade de trazer luz a este escabroso problema de um pretendido financiamento da campanha governamental da Bahia. Discurso do meu ilustre colega e eminente Senador Fernandes Távora, quando admitte que o Senhor Presidente do Banco do Brasil pudesse ter dado essa quantia sem intuito de corrupção. Faço política há muito tempo no Brasil; tenho amigos entre os homens mais ricos do País e nunca encontrei ninguém disposto a contribuir para as minhas campanhas, nem com quantia muitíssimo menos vultosa do que essa. Ao contrário, minha campanha encontra colaboradores entre gente humilde e gente rica, mas com quantias insignificantes; quantia vultosa como a em causa só se emprega como investimento. A afirmação que faz o Senhor Sebastião de Almeida precisa repercutir na Bahia, precisa lá ser ouvida, porque, ali, o que se diz é muito diferente. Há muitas testemunhas para contestá-la; há muitas testemunhas para rir dessa afirmação, pensando nos veículos que foram necessários para propagar essa notícia como verdadeira e auspiciosa para a candidatura do Senhor Pedreira de Freitas. Devo dizer que ouvi também testemunho insuspeito de outras pessoas qualificadas da Bahia e que agora, em face da declaração de V. Ex.^a, vão encontrar motivos mais fortes para se empenharem na campanha de redenção que estamos iniciando na Bahia.

O Sr. Fernandes Távora — Permite V. Ex.^a um contraparte?

O SR. FILINTO MULLER — Pois não.

O Sr. Fernandes Távora — V. Excelência começou na política muito depois de mim e teve a felicidade de já encontrar alguém que o auxiliasse, embora com importâncias modestas. Eu trabalho na política há cinquenta anos, e nunca me deram um vintém (Riso).

O Sr. Juracy Magalhães — A mim também ninguém deu vintém. As contribuições obtidas pelo meu Partido eu faço questão de que nunca passem pelas minhas mãos. Toda contribuição destinada a campanha de que faço parte é entregue, em cheque nominal, ao tesoureiro da campanha, por aquele que o emprego devido, em condições legais. Creio que esse é um ato de proficiência que honra qualquer homem público. Nunca se ouviu dizer, depois

de uma campanha minha, que houvessem recolhido quantia vultosa ou empregado mal dinheiro destinado à propaganda política.

O SR. FILINTO MÜLLER — Sr. Presidente, a questão de contribuição para campanha política não pode constituir motivo de espanto, a não ser quando a importância é excessiva. A própria Lei Eleitoral estabelece o limite de Cr\$ 100.000,00 para contribuição espontânea às campanhas políticas.

Declarei de início, Sr. Presidente, que não desejava debater assuntos da política baiana. Vejo, porém, com muita satisfação, que já começam a aflorar em nossos debates; e certamente os eminentes representantes da Bahia, não direi aqui no Senado, mas na campanha política em que se irão empenhar, terão oportunidade de esclarecer todos esses pontos, não só alertando o povo da Bahia, mas também a Nação.

Disse que faz justiça quando mais não fosse à inteligência do Governador Antônio Balbino. Quero acrescentar que o considero um homem de bem, um patriota, um trabalhador incansável, um homem que está sempre vibrando pelo bem da Bahia e pela grandeza do Brasil. É esta a minha opinião pessoal. Pratico um ato de justiça. É uma homenagem que presto ao Governador da Bahia.

Quanto ao Sr. Pedreira de Freitas, que não tenho a honra de conhecer, faço dele o melhor juízo, pelas informações ouvidas.

O Sr. Juracy Magalhães — É uma das razões por que nós, da Bahia, estranhamos a escolha do Sr. Pedreira de Freitas. V. Exa., líder da maioria, não o conhece, como, de resto, todo o Brasil.

O SR. FILINTO MÜLLER — Este é assunto da política baiana, no qual não quero entrar. Ressalto, apenas, que, pelas informações que tenho, faço do Sr. Pedreira de Freitas o melhor juízo, o melhor conceito.

O Sr. Neves da Rocha — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. FILINTO MÜLLER — Com muito prazer.

O Sr. Neves da Rocha — Apenas ligeiras palavras, em face do estado de saúde não me permitir interferir em debates calorosos; entretanto, como integrante da Bancada baiana nesta Casa, não me cabe silenciar em momento tão delicado para a política baiana. Tinha a impressão, Sr. Senador Filinto Müller, de que os entendimentos que se realizavam na minha terra para a escolha do candidato à sucessão do eminente Governador Antônio Balbino, teriam um desfecho conciliatório, num clima de melhor ambiente e de mais tranquilidade. Tive mesmo a impressão de que pudéssemos, de modo conciliatório, ver de novo à frente do Governo do meu Estado o eminente Senador Juracy Magalhães, de quem, neste Senado, tenho feito, em várias oportunidades as melhores referências à sua grande obra administrativa, quando exerceu as altas funções de Governador da Bahia.

O Sr. Juracy Magalhães — Obrigado a V. Exa.

O Sr. Neves da Rocha — Fiel, sempre com entusiasmo e por dever de justiça. Com relação ao atual candidato à sucessão governamental pelo Partido Social Democrático, o Senhor Pedreira de Freitas, tenho também do mesmo a melhor das impressões. Conheço-o pessoalmente, como profissional de valor, engenheiro distinto, moço honesto e traba-

lhador, com o qual privei como colega, em determinadas ocasiões, a serviço do próprio Estado da Bahia. Espero que a sucessão baiana se realize de modo que possa o eminente Governador Antônio Balbino, a quem me ligam laços de profunda consideração e estima, e de quem faço o melhor conceito, dar à minha terra um governante, por todos os títulos digno de suas tradições, em benefício de seu grande povo.

O SR. FILINTO MÜLLER — Agradeço o aparte do eminente Senador Neves da Rocha, cuja autoridade todos nós respeitamos no Senado da República.

Como declarei e repito, não vou debater o caso político da Bahia. A nós brasileiros, não bairanos, é apenas nos interessa dentro daquele limite muito natural que prende nossa atenção qualquer fato que ocorra e mesmo País. Como pessimista, interessa-me também o que ocorre na Bahia. Desejo que meu Partido esteja forte naquela Unidade da Federação e em todas as demais, para que possa ganhar o pleito, em combate eleitoral livre e honesto. Desejo que vença sua legenda, para prestar serviços ao País.

Sr. Presidente, vim, porém, à tribuna para prestar um depoimento ao Senado e à Nação. Fui procurado pelo Sr. Sebastião Paes de Almeida, pessoalmente. Pediu-me Sua Senhoria transmitisse ao Senado sua declaração categórica de que jamais contribuiu, com qualquer importância, para a campanha política na Bahia; e nunca assumiu qualquer compromisso dessas natureza.

Essa declaração eu a faço com o maior prazer porque conheço pessoalmente o Sr. Sebastião Paes de Almeida. Considero o homem de bem, digno e que honra sua palavra. A atuação de S. S.ª à frente do Banco do Brasil nos dois anos e meio em que se encontra na Presidência daquele estabelecimento de crédito é penhor seguro da correção com que agirá daqui por diante. Tem procedido de maneira impecável. Ninguém poderá apontar o menor ato significativo de parcialidade política. É a razão por que fez jus, há pouco, a um aparte muito significativo do eminente Senador Fernandes Távora.

O Sr. Neves da Rocha — Aliás, li hoje no *Correio da Manhã* que houve desmentido formal do Presidente do Banco do Brasil com referência ao fato.

O SR. FILINTO MÜLLER — Estou transmitindo ao Senado, em seu nome, esse desmentido. Não dispõe S. S.ª de tribuna parlamentar. A acusação foi feita na Câmara dos Deputados. Prontifiquei-me a dar conhecimento a esta Casa da afirmação categórica de que não se comprometera a dar, nem agora, nem futuramente, qualquer importância para a campanha política que se inicia na Bahia.

O Sr. Lima Teixeira — Faz Vossa Excelência justiça ao Presidente do Banco do Brasil.

O Sr. Gilberto Marinho — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. FILINTO MÜLLER — Com prazer.

O Sr. Gilberto Marinho — Considero altamente inspirador a iniciativa de V. Exa. esclarecendo o plenário desta Casa e a Nação sobre a atuação do Sr. Sebastião Paes de Almeida, de reputação ilibada e sobre cuja atuação no Banco do Brasil, até hoje, nem mesmo os elementos mais frontalmente contrários ao

Governo puderam articular a mais leve acusação. Jamais se ouviu dizer que S. Exa. denotasse, na sua notável atuação à frente do nosso principal estabelecimento de crédito, qualquer parcialidade política. O Senhor Paes de Almeida já veio precedido do glorioso Estado de São Paulo pelo justo renome de experimentado administrador, profundo conhecedor dos nossos problemas econômicos. Nem outro critério presidiu a sua escolha para o alto posto que hoje ilustra, senão os seus reconhecidos e proclamados méritos.

O SR. FILINTO MÜLLER — Agradeço o aparte com que me honrou o nobre Senador Gilberto Marinho, que tem grande cabimento neste final do meu discurso, por ser depoimento insuspeito quanto às qualidades morais e capacidade intelectual do Sr. Sebastião Paes de Almeida.

O Sr. Lameira Bittencourt — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. FILINTO MÜLLER — Ouço com prazer o aparte do eminente colega.

O Sr. Lameira Bittencourt — Realmente parece, eminente Senador Filinto Müller, que há opinião unânime no Senado em torno da correção impecável com que o Sr. Sebastião Paes de Almeida exerce as altas funções de Presidente do Banco do Brasil. A esse respeito — como salientou há pouco o eminente Senador Gilberto Marinho — nem as vozes mais apaixonadas e mais inflamadas da Oposição, nesta ou na outra Casa do Congresso, jamais levantaram a menor restrição, a menor suspeita, a menor acusação contra aquele que com tanta dignidade, isenção, honestidade e espírito público dirige os destinos do maior Banco do País. Permita o nobre orador incorporar ao seu discurso, como subsídio que considero valioso, o telegrama publicado nos matutinos de hoje, do ilustre Governador da Bahia, Dr. Antônio Balbino, dirigido ao Sr. Pedreira de Freitas, candidato à governança daquele grande Estado do Norte, que passo a ler:

"Acabo de ter conhecimento da torpe exploração, com objetivo de escândalo, feita pelo deputado Vieira de Melo a propósito do pseudo financiamento de trinta milhões de cruzeiros que seria feito pelo Doutor Sebastião Paes de Almeida para a sua candidatura. A história celerina, articulada com propósitos de embair a opinião pública criando ambiente desfavorável à sua candidatura vitoriosa, não resistirá à menor análise. Sempre sustentei que a atual campanha política não seria beneficiada, no meu governo, com qualquer recurso proveniente dos cofres públicos.

CONTRIBUIÇÕES PARTICULARES

É verdade que em conversas com pessoas amigas, sempre disse que os recursos destinados a tais campanhas deveriam ser recolhidos de contribuições particulares de amigos tendo tido oportunidade mais de uma vez de referir-me a nomes de alguns amigos entre pessoas às quais solicitaria tais recursos — pessoas que não têm qualquer interesse próximo ou remoto com o Governo da Bahia. So tal aspecto não nego que tenha ouvido nomes aos quais preferiria me dirigir inclusive, é verdade, ao Doutor Sebastião Paes de Almeida. O fato porém, é que então nunca tive com o doutor Sebastião Paes de Almeida, qualquer conversa a tal res-

peito, nem lhe solicitei nem dele recebi qualquer contribuição. Autorizo, para isso, a quem quer que seja, promover qualquer investigação. Bem como estou certo que o doutor Sebastião Paes de Almeida poderá fazer a mesma coisa. Estou ainda seguro que com o prezado amigo também ocorrerá o mesmo.

F evidente que o doutor Sebastião Paes de Almeida ou qualquer outro cidadão poderá, se quiser, contribuir com qualquer recurso do seu próprio patrimônio para ajudar seja a quem for, sem que isso constitua qualquer infração ética. A Bahia toda é testemunha que não é nova a sua candidatura que tem sido, até aqui, gastas importâncias vultosas em propaganda de toda a natureza e em todo de vitória.

DESAFIO

Desafio a quem quer que seja também provar tenha eu feito qualquer promessa em dinheiro e muito menos dada qualquer importância, para influir no ânimo de qualquer convencional pessimista a favor da soberana tomada numa votação secreta, a cédula única. O roubo da denúncia faztosa unicamente para armar escândalo, reflete propósitos da evidente má fé, que não é com um na realidade, a infima razão para subsistir, não, passamos de preocupação de intrigas, que, à falta de constância, se desmoralizam por completo. Seria ridículo que fosse eu pretender impressionar o espírito dos convencionais com a política inerte de recursos que nunca pedi nem recebi. Quanto à insistência que se trataria de financiamento antecipado para negócios de vidro plano, creio que o doutor Paes de Almeida poderá dar o seu testemunho. Se qualquer coisa lhe falei sobre tal assunto ou se ele jamais teve qualquer pretensão a respeito do vidro plano que na Bahia ao que é o meu conhecimento, nunca existiu. Pego transmitindo este telegrama urgente ao conhecimento do doutor Sebastião Paes de Almeida. Jamais lhe a divulgação necessária. Cordial abraço.

Desejei, através desse aparte, dar mais um depoimento, uma contribuição valiosa no brilhante discurso de V. Exa. no sentido de retratar a improcedência das graves acusações formuladas, mesmo talvez contra o Sr. Antônio Balbino de que contra aquele que, a meu ver, seria o mais atingido o Dr. Sebastião Paes de Almeida. Considero-o como todos os colegas um homem de bem, na expressão mais rigorosa da palavra.

O SR. FILINTO MÜLLER — Agradeço, muito obrigado, o aparte do eminente Senador Lameira Bittencourt.

A inclusão, no meu discurso, do telegrama do Governador Antônio Balbino, do qual não tinha conhecimento a meu ver explica cabalmente, e não aliás esperava de Sua Excelência o fato trazido à tribuna da Câmara dos Deputados pelo Senhor Vieira de Melo.

Sr. Presidente, terminando, declaro, mais uma vez, que acusações da gravidade ontem formuladas na outra Casa do Congresso não podem ficar arquivadas.

O Sr. Juracy Magalhães — Muito bem. Temos o dever de pedir sejam esclarecidas, em profundidade.

O SR. FILINTO MÜLLER — Não é possível sair sobre a democracia brasileira sobre um povo tão ativo e adiantado em civilização como o brasileiro...

O Sr. Juracy Magalhães — Cujas misérmias muito se exultam...

O SR. FILINTO MÜLLER — ...duvida quanto à compra de votos para eleger-lhe o Governo; não é possível que sobre Governador, o qual vem exercendo o mandato com toda a correção e honestidade paia a suspeita de querer eleger seu substituto com o peso do dinheiro não é possível que sobre os administradores, afetos ao Ministério da Viação e que até hoje têm merecido os aplausos do povo brasileiro pela sua honradez, paia divida com a levantada pelo Deputado Vieira de Mello. Temos o direito de exigir que suas declarações sejam esclarecidas em toda a profundidade e pormenores os culpados, se existirem. Esteve assim, prestando serviço à Nação e consolidando no Brasil a Democracia e o Poder Civil. (Muito bem; muito bem. Palmas prolongadas).

O SR. PRESIDENTE:

— Antes de encerrar os trabalhos, convoco os Senhores Senadores para uma sessão extraordinária, hoje, às vinte e uma horas e trinta minutos, com a seguinte

ORDEM DO DIA

1 — Discussão única do Parecer da Comissão de Relações Exteriores, sobre a Mensagem n.º 213, de 1958, pela qual o Sr. Presidente da República submete ao Senado a escolha do diplomata Aguinaldo Bolithau Fragozo, Ministro Plenipotenciário de 1.ª classe, para o cargo de Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário, junto ao Governo da República Argentina.

O SR. PRESIDENTE:

— Está encerrada a sessão. Levanta-se a sessão às 16,50 minutos.

SESSÃO LEGISLATIVA DA 3.ª LEGISLATURA, EM 8 DE AGOSTO DE 1958.

Extraordinária

PRESIDÊNCIA DO SR. CUNHA MELLO

As 21 horas e 30 minutos acham-se presentes os Srs. Senadores:

Mou. — Vieira — Cunha Mello — Prisco — Santos — Lameira Bitencourt — Victorino Freire — Pábio de Mello — Waldemar Santos — Mathias Olympio — Onofre Gomes — Fernandes Távora — Georgino Avelino — Reginaldo Fernandes — Abelardo Jurema — Ribeiro Casado — Freitas Cavalcanti — Rui Palmeira — Jorge Maynard — Lourival Fonti — Neves da Rocha — Juracy Magalhães — Lima Teixeira — Moreira Filho — Arlindo Rodrigues — João de Castro — Gilberto Marinho — Benedicto Valladares — Lima Guimarães — Lino de Mattos — Pedro Ludovico — Mário Motta — João Villasbôas — Filinto Müller — Gaspar Velloso

— Alô Guimarães — Francisco Galotti — Saulo Ramos — Primio Beck — (37).

Total — 37 Srs. Senadores.

O SR. PRESIDENTE:

A lista de presença acusa o comparecimento de 37 Srs. Senadores. Havendo número legal, está aberta a sessão.

Vai ser lida a ata.

O Sr. 1.º Suplente, servindo de 2.º Secretário, procede à leitura da ata da sessão anterior, que, posta em discussão, é sem debate aprovada.

O SR. PRESIDENTE:

Não há, sobre a mesa expediente para leitura.

Tem a palavra o nobre Senador Abelardo Jurema.

O SR. ABUAR BASTOS:

(Não foi revisto pelo orador) —

Sr. Presidente, Srs. Senadores, ouvi com muita atenção os debates travados hoje sobre a política da terra de Castro Alves.

Desperiei-me a atenção o aparte do Senador Juracy Magalhães a respeito de pretender fazer, na Bahia, campanhas pela sua candidatura, nos mais altos padrões éticos, respeitando os seus adversários, saltando a linha e o programa do seu Partido, sem queda da linha e do padrão a serem mantidos num pleito dirigido por homens de cultura e de grau de civilização avançado.

Lembrei-me então, de que, na Paraíba, Estado que representa, a campanha que se desenvolve não atingiu esse grau que o Senador Juracy Magalhães tão bem fricou na sua oração.

Evidentemente, os homens públicos com responsabilidade os homens públicos que passaram pelas universidades, pelas escolas ao se envolverem em pleitos políticos, têm passado a zelar, têm princípios a defender e, sobretudo padrões a conservar.

A campanha política para acesso aos postos eletivos não implica o afastamento, o esquecimento dessas linhas, desses padrões porque os homens públicos são líderes de opiniões; são eles que criam e orientam a opinião pública.

Se esses homens públicos, à testa dos movimentos a favor de candidatos a postos eletivos, baixam o nível das discussões políticas descem a altura de suas pregações, não estão sendo fieis aos ensinamentos dos seus mestres, nem aos supremos interesses da Nação.

Na Paraíba, infelizmente, Sr. Presidente, apesar do alto padrão dos seus candidatos aos postos eletivos, no particular da eleição majoritária de Senador, a população foi colhida de surpresa. De um lado, temos um homem da formação moral, intelectual e democrática — o Senador Ruy Carneiro de caráter cordial, ameno; do outro como seu opositor, apresenta-se candidato de grande passado, com serviços prestados à Nação. Ocupou vários postos na vida pública, quer no Executivo, quer no Legislativo no entanto desenvolveu e desenvolve sua pregação política no mais baixo nível, jamais ocorrido na Paraíba.

As palavras do Senador Juracy Magalhães calaram profundamente no meu espírito e congratulo-me com a Bahia pela oportunidade de uma campanha que se desenvolverá no alto plano profetizado por aquele eminente Senador. Lamento que a minha terra não tenha esse mesmo nível, que os políticos não sigam essa mesma orientação, se bem que, da parte do Senador Ruy Carneiro, os discursos a apresentação de seu programa — pregações pelos Municípios, pelos Distritos, sejam, só e só, orientados no sentido de apresentar as linhas e os ideais que unem o Partido Social Democrático ao Partido Trabalhista Brasileiro, ao Partido

Republicano, ao Partido Socialista Brasileiro, para a vitória no dia 3 de outubro.

O Senado conhece a atuação do Senador Ruy Carneiro nesta Casa. Homem hano e cordial, mantém o mesmo padrão de conduta, na sua pregação política em todos os municípios da Paraíba apesar de sofrer a mais sordida das campanhas e as mais baixas difamações.

O Sr. Lima Teixeira — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. ABELARDO JUREMA — Com isenção prazer.

O Sr. Lima Teixeira — Estou ouvindo o discurso de V. Exa. com a atenção que me merece. No Estado de V. Exa., são candidatos, de um lado, o nosso colega, Senador Ruy Carneiro, que realmente tem sido inextinguível na defesa dos interesses da Paraíba; de outro, o Dr. José Américo de Almeida indiscutivelmente figura tradicional na política brasileira.

O SR. ABELARDO JUREMA — Essa a razão da minha surpresa.

O Sr. Lima Teixeira — Sobre tudo por ser o Sr. José Américo político de tradição e que deveria manter sua campanha num clima de respeito e de postura como bem o frizou V. Exa. e o Senador Juracy Magalhães, no aparte ao discurso desta tarde do Senador Filinto Müller de candidato que descamba para o ataque pessoal para as quíntas, quase sempre norteadas no sentido de ferir a dignidade pessoal dos adversários, não pode merecer o respeito da opinião pública. Não sei, é verdade, até onde o achiamento dos ódios terá conduzido a campanha na Paraíba, mas não creio, tenha um homem como o Dr. José Américo de Almeida descido a esse debate, que todos condenamos salvo se V. Exa. que conhece bem a política do seu Estado, venha a proclamar que a campanha chegou a esse ponto.

O SR. ABELARDO JUREMA — Justamente estou falando sobre esse aspecto.

Os primeiros comícios do ex-Ministro da Viação foram feitos em tom de tal modo violento e pessoal que, hoje, aconselhado por amigos e sentindo em torno de si um vácuo — infelizmente um pouco tarde — começou a modificar sua falação. Num alicia, porém, de subversão da ordem, deixou de atacar para que seus companheiros de palanque o fagassem, no mesmo diapasão.

Se V. Exa. ou outros Senhores Senadores quiserem dar-nos a honra de visitar o meu Estado e acompanhar as pregações cívicas, verificará que o Senador Ruy Carneiro, junto aos seus amigos, nos seus comícios, procura manter a campanha no mais alto padrão, dentro dos princípios preconizados pelo Senador Juracy Magalhães. Lamento não estar pre-

sente o eminente representante da Bahia, que assistiu a dois ou três comícios de iniciação da campanha do ex-Ministro da Viação. Enquanto o Senador Juracy Magalhães estava ao povo do meu Estado, com voz e argumentação convincentes, em tom pragmático, teve o desprazer de presenciar o seu próprio candidato numa manifestação de descompromisso pessoal, que impressionou mal a opinião pública do Estado.

Esse o depoimento que trago para que o Senado da República e o povo tenham conhecimento da necessidade de uma reação da opinião pública e da camada esclarecida, no sentido de evitar nas lides eleitorais a realiação pessoal. A se prosseguir nesse assema, havemos de enegar a nostalgia e melancólica confissão de que ninguém mais vale na fisiologia política da Nação. Hoje, os que se unem em torno de um ideal, amanhã, quebrada a união, ficam do outro lado, sofrendo as mesmas infâmias.

Na Paraíba, por exemplo, nobre Senador Lima Teixeira, em 1950, era o Senador Ruy Carneiro quem puna de município em município, de distrito em distrito, pela candidatura do Sr. José Américo ao Governo do Estado. Do outro lado se achava em campo de oposição sistematica o hoje Deputado João Agripino, que se firmou no mesmo palanque político com o Sr. José Américo.

Tudo isso acontece dentro da base dos interesses comuns e políticos do Estado; mas há necessidade de os homens públicos se respeitarem para que o povo possa respeitá-los. Todos vamos para o poder, para realizar — pelo menos é o que se presume — o bem público. Se os homens caminham por essa esteira, sob esse clima, a opinião pública, verdadeiramente, não pode formar sua orientação em torno desses personagens, pois como dizia Ruy Barbosa, de toda a calúnia e difamação fica sempre algo a confundir e a desorientar a opinião pública.

O Sr. Lima Teixeira — Permite V. Exa. outro aparte?

O SR. ABELARDO JUREMA — Com muito prazer.

O Sr. Lima Teixeira — Tem Vossa Excelência toda a razão, sobretudo porque, num passado não muito distante o nobre Senador Ruy Carneiro foi auxiliar direto do Ministro José Américo de Almeida.

O SR. ABELARDO JUREMA — Oficial de Gabinete.

O Sr. Lima Teixeira — Conhecendo-se mutuamente, não poderiam enegar nunca a essa luta tão combatida principalmente quando vão disputar um pleito e precisam mostrar ao eleitorado e à opinião pública da Paraíba que têm bom senso, equilíbrio e até mesmo respeito recíproco.

O SR. ABELARDO JUREMA — Muito bem, nobre Senador Lima Teixeira. Sobre V. Exa. e a Nação que São Paulo foi um laboratório dessas campanhas políticas. Todas as vezes que seus homens públicos eram candidatos a postos eletivos iam para rádio e a televisão com ataques pessoais, insultos ou violências. Perderam por isso, os postos eletivos, a confiança do eleitorado. São Paulo foi um laboratório que devia servir de exemplo a toda a Nação, para que os homens públicos do País mantivessem e padecem preconizado pelo nobre Senador Juracy Magalhães, candidato ao Governo da Bahia.

O Sr. Neves da Rocha — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. ABELARDO JUREMA — Que os irá eleger. (Muito bem. Muito ouviram com prazer o aparte de Vossa Excelência.)

O Sr. Neves da Rocha — Tenho contrição, em primeiro lugar, de que esse é o pensamento da Bancada baiana nesta Casa. A propósito, devo lembrar que quando tive oportunidade de fazer minha campanha, na Bahia, juntamente com o Dr. Landulfo Alves, para Senador e eu Suplente, recebi, de uma festa, no Serviço de Saneamento, onde ocupava o cargo de Diretor G. R., a visita do candidato, a Suplente do Dr. Mariano Bitencourt, nessa época candidato adversário do Dr. Landulfo Alves. Tive então o gesto de levá-lo às várias repartições do Serviço de Saneamento, apresentando-o como meu adversário, porque era candidato à suplência de Senador à qual concorria eu também. Muito gentilmente e de modo muito agradável para mim, sugeriram nessa ocasião que firmássemos o compromisso de que terminado o pleito, o vencedor abraçaria o vencedor. E isso se realizou felizmente. Fui o vencedor, mas tive a satisfação muito grande de ser abraçado pelo meu adversário Alvaro Augusto da Silva, que também se candidatava a Suplente de Senador. Assim se compreende fazer política nesta oportunidade política, alta sem retaliações. Do contrário, como acaba de asseverar o eminente Senador Lima Teixeira, os candidatos não se tornam dignos do voto popular.

O SR. ABELARDO JUREMA — Muito obrigado pela colaboração do nobre Senador Neves da Rocha.

Faz-me S. Exs. lembrar o que ocorreu na Paraíba quando interventor do Estado o atual Senador Ruy Carneiro. Avizinhava-se a fase de redemocratização do País. O atual Deputado Carlos Lacerda era, àquela época, líder de um movimento de opinião contra o governo representado, na Paraíba, pelo então interventor. O ilustre paraibano, entretanto, ofereceu-lhe a própria sacada do Palácio da Redenção para que se dirigisse ao povo de minha terra. O tratamento dispensado àquele político, dos mais exaltados, calou-lhe de tal modo no espírito, que, posteriormente em discursos e artigos, declarou haver encontrado, naquela época, na Paraíba, uma verdadeira Suíça brasileira.

Esse fato, como o exposto pelo Senador Neves da Rocha demonstram que nós, homens públicos do Brasil, precisamos manter esse padrão, essa orientação, a fim de que as novas gerações sigam trajetória mais sadia, em benefício do País.

Nada adiantam o exagero ou o júbilo efêmero. O povo é supremo na hora exata do gabinete indezessável: e ao julgamento dos homens todos devem submeter-se no regime democrático.

O Sr. Neves da Rocha — Essas atitudes, às vezes, são contraproducentes.

O SR. ABELARDO JUREMA — Verdade verdadeira, nobre Senador Neves da Rocha.

Sr. Presidente Srs. Senadores. Esta tribuna faço apelo não apenas aos candidatos do meu Estado mas a todos os pretendentes a postos eletivos do Brasil, para que mantenham o mais alto padrão em suas campanhas, a fim de serem dignos do povo

que os irá eleger. (Muito bem. Muito ouviram com prazer o aparte de Vossa Excelência.)

O SR. PRESIDENTE:

— Passa-se à

ORDEM DO DIA

Discussão única do Parecer da Comissão de Relações Exteriores sobre a Resolução nº 213, de 1958, pela qual o Sr. Presidente da República submete ao Senado a escolha do diplomata Aquilino Ballester Frugoso, Ministro Plenipotenciário de 1ª classe, para o cargo de Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário junto ao Governo da República Argentina.

O SR. PRESIDENTE:

Tratando-se de matéria que deve ser tratada em sessão secreta, peço aos senhores funcionários da Mesa abrirem as necessárias providências.

A sessão transforma-se em secreta às 21 horas e 53 minutos e volta a ser pública às 22 horas e 10 minutos.

O SR. PRESIDENTE:

Está reaberta a sessão pública. Nada mais havendo que tratar, vou encerrar a sessão. Designo para a segunda-feira próxima, a seguinte

ORDEM DO DIA

TRABALHO DAS COMISSÕES

Está encerrada a sessão.

Abre-se a sessão às vinte e duas horas e dez minutos.

DISCURSOS PRONUNCIADOS PELOS SRS. JOSCELINO KUBITSCHKE E JOHN FOSTER DULLES, EM BRASÍLIA, QUE SE TRANSCREVEREM NOS TERMOS DO REQUERIMENTO Nº 322, DO SR. LIMA TEIXEIRA, APROVADO NA SESSÃO DE 8-8-58.

DISCURSO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA EM BRASÍLIA — Ao deixar-se ao Secretário de Estado John Foster Dulles presentes os Embaixadores latino-americanos, o Presidente Juscelino Kubitschek proferiu o seguinte discurso:

"Não poderia deixar passar este ensejo sem fazer algumas palavras num instante que considero histórico para as relações de toda a América. A hora é realmente propícia. Aqui se encontram, não somente o nosso hóspede de honra, o Secretário de Estado, Sr. Foster Dulles, e numerosos elementos da mais alta categoria do Departamento que dirige a política exterior dos Estados Unidos, mas também os Embaixadores dos países que compõem a comunidade latino-americana. O cenário é emocionante e, mesmo para mim, que a ele já estou habituado, surpreendente: esta cidade que mal principiava a existir, que não é ainda uma cidade, e já uma esperança e, mais do que isso, uma síntese do esforço decidido de integrar-se o Brasil no seu destino de grande Nação. De um lado e de outro, a vastidão que se vai desbravando — uma extensão ainda virgem, e este primeiro núcleo humano, este esforço contra a solidão, este toque de alvorada de um Brasil que não faltará ao seu dever indeclinável de superar e utilizar todo o seu território. Aqui está Brasília com as suas primeiras realizações arquitetônicas, feitas para durar, aqui estão, vivificadas por um desejo obstinado e ativo, as elevadas ambições de todo um povo.

Diante de tantos homens ilustres, representantes dos países irmãos deste mundo novo, não me seria possível calar a alegria, o entusiasmo, a fé que me anima. E que as opiniões dos Chefes de Estado dos países latino-americanos, com quem tive a honra de me comunicar se acrescenta agora o fato de termos chegado a conclusões idênticas com o responsável direto pela política exterior dos Estados Unidos, a respeito de uma reformulação do pan-americanismo, uma política nova e criadora para a defesa dos princípios de liberdade e de justiça, de independência das Nações e de respeito à lei moral, aos valores do espírito, ao patrimônio da cultura — de tudo, enfim, o que denominamos a causa do Ocidente.

Reunidos aqui nesta hora, é-me lícito proclamar que um trabalho árduo, mas fecundo, começa a ser ordenado. A Operação Pan-Americana obedeceu a um princípio de igualdade e colaboração mútua entre os povos deste Hemisfério, e tomará a forma que Deus lhe derem os países nela integrados.

Como já disse, desde o primeiro dia em que começou a tomar figura esta iniciativa, não pode haver, da parte dos que vão executá-la, senão o desejo ardente de servir aquilo que nos é mais precioso: a eminente dignidade do homem.

Considero vitoriosa, desde já, a Operação Pan-Americana — antes mesmo que tenhamos atingido um estágio mais avançado nas negociações que concretizarão os seus objetivos. E por que me anticipo em adiantar essa afirmação? Não poderia haver uma resposta mais pertinente e mais sincera à pergunta que eu próprio formulei do que esta: Minha certeza nasce da fé na magnitude, no desinteresse, na beleza deste movimento. Minha convicção decorre da certeza das intenções que nos movem a todos, da conveniência da hora escolhida e da altitude da ideia-sentimento que deu origem a esta cruzada.

Digo e repito que não pertencerá a nenhum de nós em particular a glória do que se vai realizar. Vamos apenas colher o fruto amadurecido da nossa consciência continental. E toda a América que já passou a saber o que deseja. E o que sabem em verdade os povos deste Continente? Sabem que desejam ser livres e querem ser respeitados. Sabem que precisam unir-se, mas que, para se unirem, necessitam de pôr um paradeiro, de imediato, ao crescente desnível de condições de vida reinante entre membros de uma só família.

Nós nos opomos a uma concepção puramente materialista da vida, e não ignoramos que a coexistência da miséria e da riqueza excessiva também faz surgir um problema ético. Ninguém melhor que os Estados Unidos, reconheço que a terra propícia para a guarnição das ideias, cuja vitória importaria no fim de tudo quanto reclamamos para a nossa vida, é o pauperismo que devora os séres, que os priva de qualquer esperança, que os degrada da própria condição insigne a que pertencem. E para servir à causa do homem, é para honrar a nossa espécie, é para fortalecer o sistema de defesa, da democracia, que propusemos, inspirados nas continuadas campanhas apostolares dos grandes vultos do pan-americanismo, que a luta pelo desenvolvimento onde quer que ele se travasse fosse a nossa bandeira, o ponto exato da nossa atividade.

Somos pela paz, e é pela paz que vamos agir. Não podemos consentir que sufocuem a nossa causa, que é a da Paz, a da Justiça e da Liberdade.

Quero valer-me deste momento para despedir-me do Secretário de Estado, Sr. John Foster Dulles, que regressa, dentro de pouco, a seu país. Tivemos horas fecundas e é de meu dever declarar que encontrei da parte desse homem universal com quem tão intensamente tratei vários problemas, boa acolhida para as ideias mais arrojadas. Estamos diante de um bravo e rijo lutador de alguém provado em muitas pugnias, de um trabalhador que não, tem esmorecido na defesa de suas ideias. Homem que não se poupa, que não economiza as suas forças; capaz de aplicar-se incansavelmente às mais árduas tarefas, e também capaz de delicadeza de plantar uma árvore graciosa nesta cidade que amanhece. Algumas vezes não tem sido compreendido; posso dizer aqui que nós compreendemos bem.

Antes de encerrar estas palavras, peço ao Sr. Foster Dulles que transmita ao Presidente norte-americano, General Dwight Eisenhower — bem como peço aos Srs. Embaixadores que também o façam aos Presidentes dos seus países — a expressão de cordialidade do Brasil para com todas as nações deste lado do mundo e a certeza de que se abre uma nova era em nossas relações, sob o signo da mais lúcida esperança.

Que Deus vele a tarefa a que nos estamos devotando.

DISCURSO DO SR. FOSTER DULLES

No discurso de despedida do Brasil, cuja íntegra publicamos adiante, o sr. Foster Dulles declarou: "Espero que tenhamos dado um passo para a frente, um verdadeiro passo construtivo que nos há de levar a objetivo seguro".

E' este, na íntegra, o discurso do Secretário de Estado dos Estados Unidos:

"Senhor Presidente, Sr. Ministro do Exterior, meus senhores.

"Quando a minha visita ao Brasil chega ao fim encontro dificuldade em compor de maneira lógica todos os meus pensamentos, pois tanta coisa aconteceu e tanta coisa de interesse me impressionou, que meu espírito se acha bastante confuso. No entanto, há pelo menos um denominador comum para estes pensamentos, que é o sentimento de gratidão pela maravilhosa recepção que tive e o reconhecimento das ideias nascidas das conversações que realizamos no Brasil. Acredito, realmente, como o bem disse o Presidente Kubitschek, que apesar das ideias não se transformaram automaticamente em atos, muitas delas nasceram aqui no momento oportuno e creio poderemos esperar que dêem bons frutos. Talvez o fato que guardo mais vivo em meu espírito no momento, seja a parte que acabei de desempenhar ao fixar a primeira coluna de aço do futuro Ministério das Relações Exteriores da República dos Estados Unidos do Brasil. Como disse ao Ministro do Exterior, se daqui por diante a política externa do Brasil fracassar, haverá um bom alibi, qual seja o de eu não ser um bom operário. Mas não acredito que ela venha a fracassar, pois senti nas conversações que mantive ser ela realmente sólida.

Senhor Presidente, as conversações que realizamos, encerram-se hoje como todos nós desejávamos, com a presença não só de representantes de nossos dois países, mas com a de representantes de toda a família americana.

TRABALHO CONJUNTO

"E assim é que deve ser, porque trabalhamos em conjunto, de acordo com o princípio fraternal de um por todos e todos por um. E tudo quanto aqui fizermos, será feito, acredito, sob a égide da camaradagem e da amizade que nos une a todos, sem que qualquer de nós seja movido por qualquer sentimento de egoísmo. É o bem-estar da Organi-

zação dos Estados Americanos, e de todos os seus membros, que procuramos assegurar com o que estamos fazendo aqui.

"Nada poderia ser mais inspirador para nós do que nos encontramos nesta cidade, que representa um sonho em processo de concretização. Este sonho reflete o destino manifesto do Brasil, conceito que várias vezes temos usado em relação a nós mesmos e que, penso, pode ser ampliado de modo a incluir o destino manifesto das Repúblicas Americanas deste Hemisfério.

"E é com a esperança de que tenhamos podido fazer alguma coisa para atingir este grande objetivo, que volto agora os meus passos rumo ao norte.

QUER VOLTAR

"Se, me fosse dado concluir com uma nota de leveza, eu diria, talvez, Sr. Presidente, que estava reservado para mim, neste momento um jantar informal. Mas, se este encontro de ilustres representantes, dos quais sessenta pertencem a diferentes nações, sentados em volta desta mesa, participando deste generoso repasto, representa pelos padrões de Brasília um jantar informal, então espero ser

convidado a voltar em outra oportunidade para participar de um jantar formal. Muito obrigado".

ATOS DO DIRETOR GERAL

PORTARIA N.º 34, DE 8 DE AGOSTO DE 1958

O Diretor Geral, no uso de suas atribuições, resolve designar Fernando do Coelho, Auxiliar de Portaria, para ter exercício na Gabinete do 2.º Secretário.

Secretaria do Senado Federal, em 8 de agosto de 1958. — Luis Nabuco, Diretor Geral.